

BERNARDO MAGELA



Delcídio e Serraglio concedem entrevista coletiva na sexta-feira: investigações sobre compra de votos passam para a CPI do Mensalão

CORRUPÇÃO

CPI deve pedir logo cassação de deputados

A CPI dos Correios encaminhará à Câmara dos Deputados, nos próximos dias, pedido de cassação de mandatos dos deputados sobre os quais houver provas de quebra de decoro. A informação foi prestada pelo presidente Delcídio

Amaral e pelo relator Osmar Serraglio. Até agora, são 18 os deputados sob investigação. A CPI voltará a concentrar atenção nos contratos dos Correios e das empresas de Marcos Valério – que será ouvido nesta terça-feira pela CPI do Mensalão.

PÁGINAS 3 A 9

Crise acende debate sobre urgência da reforma política

PÁGINA 10

Agência para aviação civil começa a decolar

Criação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), que deverá substituir o DAC, é aprovada em comissões.

PÁGINA 14

Compensação para município que sediar usina nuclear

Foi aprovado pela Comissão de Educação projeto de Sérgio Cabral que assegura indenização a estados e municípios.

PÁGINA 12

Licença-maternidade

Mãe poderá ter seis meses para amamentar

PÁGINA 15



ANTONINHO PERRI / ASCOM - UNICAMP

Ligação entre mãe e filho é estimulada: projeto de Patrícia Saboya prevê incentivos fiscais para empresas que concederem licenças mais longas

— cidadania

Defesa civil: comunidade evita desastres

A prática da defesa civil é a união (preventiva ou emergencial) de pessoas para a proteção de si próprias, das famílias e das comunidades onde vivem.

PÁGINA 24

e mais...

AGENDA

Página 2

PERGUNTE AO SENADOR

Página 21

FRASES

Página 21

VOZ DO LEITOR

Página 21

CONHEÇA O SENADO

Página 23

CRISE POLÍTICA Continuidade das apurações sobre parlamentares ficará a cargo da CPI do Mensalão

CPI pedirá cassação de deputados



Nesta semana, a CPI dos Correios vai encaminhar à Câmara dos Deputados pedido de cassação de parlamentares sobre os quais houver provas de quebra de decoro. A informação faz parte do balanço dos trabalhos da comissão, apresentado à imprensa pelo presidente da CPI, senador Delcídio Amaral (PT-MS), pelo relator, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), e pelos sub-relatores. São 18 os deputados em investigação. Na Câmara, já tramitam representações contra 22 deputados (veja pág. 6).

Depois de concluir esse procedimento, a CPI voltará a concentrar atenção nas irregularidades em contratos dos Correios e das empresas de Marcos Valério.

– Vamos parar tudo o que diz respeito ao "mensalão", mas temos de apresentar os nossos resultados – afirmou Serraglio, que não quis revelar o que será tido como prova do envolvimento de parlamentares no uso de recursos arrecadados por Valério.

Os demais indícios de quebra

de decoro serão levados à CPI do Mensalão. Delcídio não quis emitir juízo sobre as investigações naquela comissão. Membros daquela CPI, como o relator, deputado Ibrahim Abi-Ackel (PP-MG), aparecem entre os beneficiários do esquema de Valério (veja pág. 7).

Depois de receber a diretora financeira da SMP&B, Simone Vasconcelos, e o policial civil Davi Rodrigues Alves (veja pág. 4), a CPI dos Correios continua a ouvir os maiores sacadores das contas de Valério: a sócia de Duda Mendonça, Zilmar Silveira (veja abaixo).

Na CPI do Mensalão, o deputado Roberto Jefferson

(PTB-RJ) tentou explicar como usou recursos não contabilizados recebidos do PT (veja pág. 7). Agora é a vez de Valério, na terça-feira, às 11h30, apresentar sua versão dos fatos. Na quarta, às 11h30, o sócio de Marcos Valério na SMP&B, Cristiano Paz, pode ser ouvido em conjunto pela CPI dos Correios, que aprovou a convocação do deputado José Dirceu (PT-SP) (veja abaixo).

CPI do Mensalão vai ouvir Marcos Valério e seu sócio, Cristiano Paz

CPI dos Correios convoca José Dirceu

O mais polêmico requerimento da CPI dos Correios foi aprovado na semana passada: o ex-ministro e deputado José Dirceu (PT-SP) vai prestar esclarecimentos à comissão em data a ser marcada. Sobre Dirceu recaem as denúncias, feitas pelo deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), de ser o mentor do esquema de compra de parlamentares e de determinar a distribuição de recursos obtidos por intermédio do empresário Marcos Valério. O depoimento de Dirceu no Conselho de Ética da Câmara, quando se eximiu de conhecer um caixa dois no PT ou no "mensalão", sinaliza que ele deve seguir a mesma linha na CPI.

A convocação de Dirceu foi aprovada em troca do adiamento da votação da quebra dos sigilos dos fundos de pensão de empresas estatais. Antes disso, a CPI pediu ao Banco Central e à

Secretaria de Previdência Complementar informações sobre investimentos feitos pelos fundos de pensão. Suspeitas apontam que alguns deles tenham investido em papéis de baixa remuneração nos bancos BMG e Rural (que concederam empréstimos a Valério a pedido do ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares).

A CPI adiou a votação da quebra de sigilos do PT e da convocação do banqueiro Daniel Dantas. As empresas dele depositaram mais de R\$ 120 milhões nas contas de Valério, que assumiu ter servido como intermediário entre o banqueiro e a cúpula petista e entre o Banco Opportunity, de Dantas, e a Portugal Telecom. De acordo com o relator Osmar Serraglio (PMDB-PR), o requerimento "não faz parte daqueles sobre os quais existe consenso".

Sócia de Duda Mendonça sacou R\$ 15 milhões

A sócia do publicitário Duda Mendonça, Zilmar Fernandes Silveira, vai ser ouvida esta semana na CPI dos Correios. Ninguém recebeu mais recursos – mais de R\$ 15 milhões – das contas de Valério que ela.

A CPI também convocou o ex-diretor de Marketing do Banco do Brasil (BB) Henrique Pizzolato. O ex-diretor, que tem problemas para explicar seu patrimônio, sacou R\$ 326 mil das contas de Valério, dono da empresa responsável pela conta de publicidade do BB.

Outros requerimentos aprovados pedem reforço da equipe técnica da CPI com quadros da Receita Federal, do Banco Central e do Tribunal de Contas da União e a formalização da divisão dos trabalhos em sub-relato-

rias, a cargo dos deputados Gustavo Fruet (PSDB-PR), Carlos Sampaio (PSDB-SP) e Carlos Abicalil (PT-MT).

Para agilizar os trabalhos, a CPI transferiu à Polícia Federal (PF) a tomada de depoimentos dos responsáveis por saques das contas de Valério. São mais de 20 pessoas, entre elas, a mulher do ex-presidente da Câmara João Paulo Cunha (PT-SP), que sacou R\$ 50 mil; e o deputado Carlos Rodrigues (PL-RJ), identificado como sacador de R\$ 150 mil. A comissão solicitou ainda à PF que investigue as origens da empresa Guaranhuns, que sacou R\$ 7 milhões das contas de Valério, para esclarecer possíveis



CPI dos Correios voltará a se concentrar em contratos da estatal e de empresas de Marcos Valério

Quem já caiu

Deputados

- Valdemar Costa Neto (PL-SP) - renunciou, mas continua na presidência do PL
- Roberto Jefferson (PTB-RJ) - licenciou-se da presidência do PTB
- Paulo Rocha (PT-PA) - deixou a liderança do PT na Câmara
- José Borba (PMDB-PR) - deixou a liderança do PMDB na Câmara

Governo federal

- José Dirceu - deixou a chefia da Casa Civil
- Luiz Gushiken - sua Secretaria de Comunicação e Gestão Estratégica do Palácio do Planalto (Secom) perdeu o status de ministério e foi incorporada à Casa Civil
- Marcus Flora, secretário-adjunto da Secom, acompanhou Gushiken
- Márcio Lacerda, secretário-executivo do Ministério da Integração Nacional (Ciro Gomes)

PT nacional

- José Genoíno - deixou a presidência
- Delúbio Soares - deixou a Secretaria de Finanças
- Sílvio Pereira - deixou a Secretaria Geral e, mais tarde, pediu desfiliação do partido
- Marcelo Sereno - deixou a Secretaria de Comunicação

PT do Ceará

- Deputado estadual José Nobre Guimarães - deixou a liderança do PT na Assembleia Legislativa
- José Adalberto Vieira da Silva - deixou a Secretaria de Organização e foi suspenso do partido por 60 dias. Também foi exonerado da assessoria do deputado estadual José Nobre Guimarães depois de ter sido flagrado com R\$ 200 mil em uma mala e US\$ 100 mil na cueca

Estatais

- Toda a diretoria dos Correios, incluindo o chefe do Departamento de Compras e Administração, Maurício Marinho
- Toda a diretoria do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB)
- Toda a diretoria de Furnas
- Kennedy Moura - deixou o cargo de assessor especial do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) junto ao Ministério da Fazenda
- Henrique Pizzolato - deixou a diretoria de Marketing do Banco do Brasil e pediu aposentadoria da instituição
- Manoel Severino dos Santos - deixou a presidência da Casa da Moeda do Brasil
- Roberto Salmeron - indicação do deputado Roberto Jefferson, deixou a presidência da Eletronorte, liderando a saída de petebistas de cargos do governo
- Glênio Guedes - foi afastado pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, onde responde a sindicância

* A lista acima não leva em conta a reforma ministerial, em parte feita em consequência da crise, como a saída dos então ministros da Educação, Tarso Genro; do Trabalho, Ricardo Berzoini; e da Saúde, Humberto Costa, para a Presidência, Secretaria Geral e Secretaria de Comunicação do PT, respectivamente.



Pizzolato recebeu R\$ 326 mil de Valério. Depois disso, aposentou-se

conexões da firma com o PL e com lavagem de dinheiro. A empresa e seu dono, João Alves Batista, tiveram o sigilo bancário quebrado pela CPI.

CRISE POLÍTICA Contradição entre diretora financeira e Davi Rodrigues pode indicar crime de falso testemunho

Simone repete versão de Valério



Em 12 horas de depoimento e acompanhada por Marcelo Leonardo, mesmo advogado de Marcos Valério e de Renilda de Souza, a diretora financeira da SMP&B, Simone Vasconcelos, afirmou aos integrantes da CPI dos Correios que os saques da empresa para o PT eram lançados em seus relatórios como "despesa extra". Ela apresentou uma lista com 12 nomes de pessoas beneficiadas com saques no Banco Rural em Brasília e disse que todos eram identificados como "empréstimos ao PT".

Entre os relacionados na lista estão pessoas que receberam dinheiro em nome do presidente do PL, Valdemar Costa Neto, e dos deputados José Janene (PP-PR), José Borba (PMDB-PR), Carlos Rodrigues (PL-RJ) e Josias

Gomes da Silva (PT-BA). Simone confirmou ainda que a sócia do publicitário Duda Mendonça, Zilmar da Silveira, recebeu R\$ 15 milhões contabilizados como "acertos de campanha".

Segundo a depoente, os recursos para os saques provinham de empréstimos contraídos junto aos bancos Rural e BMG pela Graffiti – outra empresa de Marcos Valério – e repassados à SMP&B. O deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA) argumentou que os valores listados por Valério

eram maiores que os empréstimos. Para Heloísa Helena (PSOL-AL), o dinheiro vinha dos cofres públicos.

Questionada por Demostenes Torres (PFL-GO), a depoente admitiu conhecer Ricardo Machado, mas negou saber quem seria Jane. Machado, informou o senador, teria recebido valores de Simone e seria o contato para contratar os serviços de Jane, identificada pela Polícia Federal

como uma cafetina em Brasília. Segundo Demostenes, Delúbio Soares, ex-tesoureiro do PT, costumava organizar festas para políticos e empresários em um hotel em Brasília. Em seu depoimento, a diretora da SMP&B também negou conhecer o policial civil Davi Rodrigues Alves.

Simone afirmou que deixava uma lista de nomes autorizados a retirar dinheiro com funcionários do Banco Rural e marcava horários diferentes com as pessoas que iriam receber os valores, para que elas não se encontrassem. Em determinada ocasião, contou, o deputado José Borba (PMDB-PR) se recusou a assinar recibo pelo saque e ela teve que ir ao banco autorizar a retirada.

A depoente disse cumpria ordens de Valério. Questionada por César Borges (PFL-BA) se não estranhava o montante de dinheiro cuja distribuição ela autorizava, Simone afirmou que "seu estranhamento não iria mudar a situação". Ela negou ainda ter conhecimento da viagem feita por Valério a Portugal.



WALTER CAMPANATO / ABR

Diretora financeira da agência de publicidade, Simone disse que foram repassados R\$ 15 milhões à sócia de Duda Mendonça

Falta de respostas irrita Serraglio

Ao resistir falar sobre o faturamento da SMP&B em 2004, Simone Vasconcelos causou irritação no relator da CPI, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), que também se mostrou aborrecido com a depoente quando ela quis sugerir a forma de o parlamentar questioná-la.

Depois de insistir, Serraglio

conseguiu a declaração de Simone de que a agência faturou R\$ 110 milhões em 2004, com lucro de R\$ 20 milhões, sem que fosse explicada, no entanto, a movimentação financeira da empresa, de mais de R\$ 600 milhões.

O relator considerou a postura da diretora arrogante e seu depoimento, frustrante. Ele colocou

em suspeita a lista de 12 sacadores apresentada por Simone, uma vez que "ela dispunha de dinheiro sem nenhuma espécie de controle".

A Pompeo de Mattos (PDT-RS), Simone disse que "estava na hora de Valério depor novamente na CPI" e negou que tenha carregado dinheiro em malas.

Policial diz conhecer diretora da agência

O policial civil Davi Rodrigues Alves, que depôs na CPI dos Correios na semana passada, afirma conhecer e ter feito entrega de valores a Simone Vasconcelos, gerente financeira da SMP&B. A revelação, avalia Osmar Serraglio, relator da CPI, abre a possibilidade de crime de falso testemunho, uma vez que Simone garantiu não conhecer o policial.

– Vamos solicitar o encaminhamento dos depoimentos ao Ministério Público – informou.

Segundo o presidente da CPI, senador Delcídio Amaral (PT-MS), o depoimento de Davi – para ele, marcado por mentiras – dividiu opiniões. Para Delcídio, as investigações estão entrando numa nova fase, em que a ênfase vai sair dos depoimentos e migrar para a análise de documentos.

Davi Alves, apontado como o segundo maior sacador da

conta da agência de publicidade SMP&B, negou ter entregue dinheiro a Zilmar Fernandes, sócia de Duda Mendonça. O policial foi ouvido por quatro horas na semana passada, acompanhado de dois advogados do Sindicato da Polícia Civil de Minas Gerais.

Questionado por Serraglio, Davi afirmou que atuava como transportador de valores contratado por Cristiano Paz. Ele relatou que recebia, por "viagem", de R\$ 50 mil

a R\$ 150 mil nas agências do Banco Rural em Belo Horizonte e transportava a quantia em caixas de sapato ou de camisa para entrega no departamento financeiro da SMP&B ao próprio Cristiano Paz, a Simone Vasconcelos ou a Geisa dos Santos. Davi contou que não conhecia Valério. Respondendo a Aelton Freitas (PL-MG), disse não ter participação na distribuição de valores.

Azeredo apresenta explicações

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) compareceu espontaneamente à CPI dos Correios para prestar esclarecimentos sobre sua campanha para reeleição ao governo de Minas Gerais, em 1998. As declarações do senador de que nunca teria tomado empréstimo junto à DNA Propaganda, do empresário Marcos Valério, levaram ao adiamento da votação do requerimento que pede a convocação de Azeredo, que pode voltar a ser analisado pela comissão.

Denúncias publicadas na imprensa deram conta de que o empresário Marcos Valério teria operado, na campanha de Azeredo, um esquema semelhante ao utilizado para financiamento de campanhas do PT em 2002 e 2004, como já admitiram o próprio Valério e o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares. No caso do empréstimo para a campanha do senador tucano, de R\$ 9 milhões, a notícia foi de que contratos do governo mineiro, então chefiado por Azeredo, teriam servido como garantia.

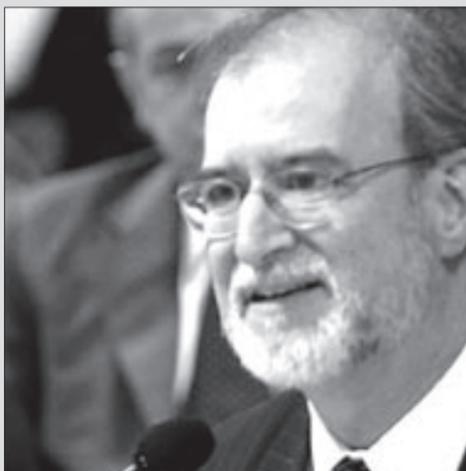
Sem ocupar a cadeira reservada a testemunhas, Azeredo leu nota e apresentou documentos nos quais forneceu detalhes sobre a sua campanha de 1998, que, segundo os dados declarados à Justiça Eleitoral, custou

R\$ 8,5 milhões, o valor mais alto naquele ano. Ele sugeriu, porém, que sua campanha não teria sido a mais cara, já que não usara caixa dois

Azeredo atribuiu à coordenação de sua campanha eleitoral, chefiada por Cláudio Mourão da Silveira, a obtenção de empréstimos. Esses recursos, porém, continuou Azeredo, não serviram para sua campanha à reeleição, mas para candidatos a deputado da coligação que apoiara Azeredo. Por sua vez, contrariando a expectativa, esses candidatos, entre eles os deputados Roberto Brant (PFL-MG) e Custódio Mattos (PSDB-MG), não declararam os recursos à Justiça Eleitoral.

O retorno de Azeredo à comissão de inquérito ainda não é certo. O deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP) entende que o senador tem que comparecer à CPI e responder às perguntas dos parlamentares. Já o deputado Eduardo Paes

(PSDB-RJ) pensa que a convocação só se justifica se houver novas dúvidas sobre as contas de Azeredo. Um dia depois do comparecimento de Azeredo, o empresário Marcos Valério afirmou na Procuradoria Geral da República que tomou empréstimo de R\$ 9 milhões para financiar a campanha do senador em 1998, recebendo como garantia créditos futuros de contratos com o governo. Marcos Valério informou que tomou calote, o que fez com que, mais adiante, para os empréstimos com o PT, exigisse o compromisso de pagamento por escrito de Delúbio Soares.



CÉLIO AZEVEDO

Azeredo nega que tenha usado recursos da DNA Propaganda na campanha para reeleição

Senado quer compatibilizar trabalho legislativo com as investigações

Em reunião entre as lideranças partidárias e o presidente do Senado, Renan Calheiros, ficou acertado que as comissões permanentes e as de inquérito deverão ter novos horários de funcionamento. A medida visa compatibilizar os trabalhos legislativos com as investigações. A mudança ainda depende de aprovação do Plenário.

Segundo o acordo, as comissões permanentes funcio-

nariam entre 9h30 e 11h30. A partir desse horário, funcionariam as comissões de inquérito. A preocupação maior, disse Renan, deve ser com o aprofundamento das investigações, para restaurar o respeito e a credibilidade do Congresso.

O senador disse que se empenhará para mudar a legislação e dificultar a renúncia de parlamentares antes que seja aberto processo de cassação.

CRISE POLÍTICA Ex-executivos da empresa de loterias *on-line* Gtech dizem que foram achacados por Waldomiro e Buratti

CPI dos Bingos é a primeira a fazer acareação de depoentes

Entre as comissões parlamentares de inquérito em funcionamento, a CPI dos Bingos foi a primeira a realizar acareação entre os depoentes. O ex-secretário nacional de Segurança Pública, Luiz Eduardo Soares, acusou o empresário Sérgio Canozzi de lhe procurar para implantar esquema de desvio de recursos públicos durante o governo de transição da ex-governadora do Rio de Janeiro Benedita da Silva.

Com a contradição entre as afirmações dos inquiridos, o presidente do colegiado, senador Efraim Morais (PFL-PB), promoveu a acareação do ex-secretário – que foi chamado de volta à CPI quando estava prestes a embarcar no aeroporto – com o empresário do Rio Grande do Sul.

Primeiro a ser ouvido na última terça-feira, Soares disse que foi procurado insistentemente pelo empresário Canozzi quando participava do governo de transição de Benedita da Silva, no Rio de Janeiro, época em que a vice-governadora tomou posse após o governador Anthony Garotinho ter renunciado ao cargo para disputar a Presidência em 2002.

De acordo com o ex-secretário, no dia 30 de abril de 2002 ele se encontrou por não mais de 30 minutos com Canozzi, que propôs um esquema para levantar pelo menos R\$ 80 milhões para as campanhas eleitorais durante os nove meses de governo de Benedita, que também concorreu ao governo do Rio e foi derrotada por Rosinha Matheus.

Em depoimento logo após, o empresário Sérgio Canozzi negou as afirmações do ex-secretário, alegando que o havia procurado depois de já ter estado com a governadora Benedita da Silva e com o ex-subchefe da Casa Civil Waldomiro Diniz, para expor interesse do grupo espanhol Conar em adquirir casas de bingo no estado. O encontro com Benedita da Silva foi negado por ela em conversa telefônica no mesmo dia com o senador Tião Viana (PT-AC).

Canozzi, dono de empresas que atuam nas áreas de consultoria financeira, projetos mercadológicos e imobiliários, disse que apenas sondava a real possibilidade de compra das casas de bingo, mas que abortou a idéia diante da demora da resposta de Soares.



Sérgio Canozzi (E), empresário, em acareação com Luiz Eduardo Soares, ex-secretário nacional de Segurança Pública

Waldomiro é acusado de arrecadar fundos eleitorais

Durante seu depoimento na CPI dos Bingos, o ex-secretário nacional de Segurança Pública Luiz Eduardo Soares apontou diversas vezes Waldomiro Diniz, ex-subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil, e Marcelo Sereno, ex-secretário de Comunicação do PT, de terem sido “os homens” do então presidente nacional do PT, deputado José Dirceu (PT-SP), no Rio de Janeiro.

Segundo Soares, Waldomiro, quando presidente da Loteria do Rio de Janeiro (Loterj), e Sereno, que atuou como secretário de gabinete da então governadora Benedita

da Silva, arrecadavam recursos para a campanha estadual e nacional do PT.

Ele afirmou que teve um conflito aberto com José Dirceu, ao compartilhar com outros petistas as preocupações que tinha com relação a Waldomiro Diniz.

– Fui marginalizado por essa postura. Eu não possuía provas, mas havia indícios e vestígios com relação à atuação de Waldomiro na Loterj – relatou.

Soares disse ainda que externou

tais preocupações com relação a então presidente da Loterj à governadora. Para ele, o PT nacional sacrificou a campanha no estado devido a uma possível aliança de Anthony Garotinho com Lula para o segundo turno nas eleições presidenciais.

– Não pudemos sequer realizar uma auditoria nas contas do estado, para mostrar que o caos não era resultado do governo de Benedita – afirmou.

O ex-secretário disse ainda que, em jantar com os ministros Antonio Palocci, da Fazenda, e Luiz Dulci, demonstrou preocupação com o fato de Marcelo Sereno atuar como chefe de gabinete e ainda se responsabilizar pela arrecadação para campanhas do PT.

Soares lembrou que chegou a pensar que estaria errado em suas suspeitas sobre Waldomiro Diniz, porque ele foi indicado para a Casa Civil e ainda porque todos os gestores superiores indicados para cargos no governo passariam pelo escrutínio da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

Lino e Rovai confirmam extorsão



O ex-presidente da Gtech Brasil, Antônio Carlos Lino, e o ex-diretor da empresa, Marcelo Rovai, apontaram mais uma vez Waldomiro Diniz, ex-subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil, e o consultor Rogério Buratti como achacadores, em depoimento à CPI dos Bingos na última quinta-feira. O ex-advogado da Gtech, Enrico Gianelli, não atendeu ao chamado do colegiado, que irá reconvocá-lo para esta terça-feira.

A norte-americana Gtech, que processa e opera loterias *on-line* no Brasil desde 1997 – após a compra da Racimec –, atua em mais de 55 países, detendo 70% do mercado mundial na área. No último contrato firmado com a Caixa Econômica Federal (CEF), em 2003, dirigentes da empresa garantem que sofreram tentativa de extorsão de R\$ 6 milhões por parte de Waldomiro e Buratti, consultor indicado pelo então subchefe da Casa Civil, para que o negócio fosse firmado. Eles alegam não ter pago a propina, mas não conseguiram convencer parte dos membros da CPI.

Segundo Rovai, atual gerente da Gtech no Chile, a CEF e a multinacional estabeleceram à

época contrato com oferta de 15% de desconto para um período de 25 meses, expirado em maio de 2005 e estendido por mais um ano. O contrato representa cerca de US\$ 100 milhões por ano, 8% do faturamento da multinacional.

Intermediação de Cachoeira

Em fevereiro de 2003, um mês e meio antes da data para a assinatura do novo contrato, Lino teria sido procurado por Waldomiro Diniz, apresentado pelo empresário Carlinhos Cachoeira, o mesmo que em 2002 gravou Waldomiro lhe pedindo propina para direcionar licitações para sua empresa Combralog.

Cachoeira e a Gtech realizaram contratos relacionados a loterias estaduais, mas a matriz da empresa americana não permitiu novos negócios a partir de maio de 2003, devido à investigação do empresário pela Polícia Federal.

– No primeiro encontro com a Gtech, Waldomiro disse que a nova administração queria entender o que estava sendo firmado entre a empresa e a CEF. No dia 31 de março, véspera da assinatura do contrato, ele pediu encontro no hotel Blue Tree, quando anunciou que o contrato só seria firmado se a Gtech contratasse um consultor



Marcelo Rovai diz que Buratti pediu R\$ 6 milhões para que negócio fosse aprovado

indicado por ele – expôs Rovai.

Os dirigentes da empresa disseram que foram procurados pelo consultor Buratti, que de imediato cobrou cerca de R\$ 20 milhões para que o negócio fosse aprovado. No fim do dia, a propina foi reduzida a R\$ 6 milhões, segundo o ex-presidente da Gtech, o consultor foi rejeitado e nada foi pago a Buratti e a Waldomiro.

– Buratti ameaçou dizendo que iria conversar com seu pessoal, com uma alusão ao Planalto – narrou Lino. Somente em 8 de abril, após apresentação de mais documentos e retificação no texto do contrato, foi firmado o negócio com a CEF.

O senador Tião Viana (PT-AC) apresentou relatórios do Tribunal de Contas da União e do Superior Tribunal de Justiça que exibem perdas de R\$ 450 milhões da CEF no negócio com a Gtech e questionou a falta de licitação desde 1997.

Cronologia dos fatos: Gtech x Caixa x Waldomiro Diniz

13/1/03 - Encerrado contrato da Caixa com a Gtech.

14/1/03 - Contrato é prorrogado por 90 dias.

16/1/03 - Assume a nova diretoria da Caixa.

13/2/03 - Waldomiro Diniz, Carlos Cachoeira, Marcelo Rovai (ex-diretor da Gtech Brasil) e Antônio Carlos Lino (ex-presidente da Gtech Brasil) reúnem-se no hotel Blue Tree.

18/3/03 - Primeira reunião entre a nova diretoria da Caixa e a Gtech.

26/3/03 - A Caixa recusa a proposta da Gtech e apresenta contraproposta, que é aceita.

31/3/03 - Waldomiro, Rovai e Lino se reúnem no Blue Tree. O então assessor da Casa Civil avisa aos dirigentes da Gtech que serão procurados por consultor que deverá ser contratado.

01/4/03 - Assinatura do contrato é adiada e os dirigentes da Gtech se encontram com Buratti, que pede cerca de R\$ 20 milhões. No mesmo dia,

ele reduz o pedido para R\$ 6 milhões.

08/4/03 - Contrato é renovado por 25 meses, com desconto de 15%.

29/4/03 - Rovai comunica a Waldomiro que o nome de Buratti foi vetado. Waldomiro questiona se poderia propor outro nome, o que lhe é negado. Segundo a Gtech, nada foi pago a Waldomiro ou a Buratti.

Maio/03 - Gtech encerra negociações com Cachoeira.

Set./03 - Reajuste dos

valores das apostas da Mega-Sena (50%) e da Quina (100%), fato considerado uma compensação pelo desconto na renovação do contrato.

Maio/05 - Prorrogação do contrato por mais 12 meses.



Fonte: CPI dos Bingos

Meirelles oferece técnicos para ajudar CPI

O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, garantiu ao relator da CPI dos Bingos, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), que colocará técnicos à disposição da CPI para analisar os pedidos de quebra de sigilo bancário solicitados.

Três senadores da comissão estiveram no BC para pedir à instituição que libere de imediato 11 pedidos de quebra de sigilo, incluindo o do ex-assessor

da Casa Civil Waldomiro Diniz, que será ouvido pelo colegiado nesta quinta-feira. Meirelles disse

Presidente do BC diz que demora no envio de dados é culpa dos bancos

que a demora na entrega de toda a documentação solicitada não é culpa do BC, mas dos bancos, que atrasam no envio de informações.

– Se não houver cooperação, usaremos o poder da CPI para realizar a busca e apreensão dos documentos em qualquer instituição – afirmou o presidente da CPI, senador

Efraim Morais (PFL-PB).

Nesta terça-feira serão ouvidos Rogério Buratti, apontado pela Gtech como consultor indicado por Waldomiro, e José Luiz Quintães, ex-assessor da Caixa Econômica Federal (CEF). Na quarta falará Marcelo Coelho de Aguiar, ex-assessor da Secretaria de Comunicação da Presidência, e Walter Santos Neto, presidente da MM Consultoria.

Na última semana, foram aprovadas as convocações de Marcelo Sereno, Walquíria Brito, Valderi Albuquerque e Mário Haag.

CRISE POLÍTICA Ao depor no Conselho de Ética da Câmara, ex-ministro repele denúncias de deputado petebista

Dirceu se diz vítima de mentiras

Uma vítima das denúncias do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ). Foi nessa situação em que o ex-ministro da Casa Civil e deputado José Dirceu (PT-SP) se encaixou no depoimento que prestou ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara. Ele negou ser o mentor do chamado "mensalão", que disse desconhecer, e se desvinculou das irregularidades confessadas por membros da Executiva do PT, por já não fazer parte dela.

Essa foi a tônica de sua resposta depois de Roberto Jefferson tê-lo acusado de, juntamente com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, armar um esquema para obtenção de recursos junto à Portugal Telecom para quitação de dívidas do PT e do PTB.

– Repilo a denúncia! Nunca tive relações com a Portugal Telecom. Os parlamentares ficam dando crédito a afirmações grandiloqüentes e teatrais de Roberto Jefferson, que se desentendeu com o governo porque não deixaram o PTB se assentar nas estatais – declarou Dirceu, que reiterou em vários as acusações contra o petebista.

– Não sou investigado, ao contrário de Roberto Jefferson, que é réu confesso – completou.

Como forma de sustentar as suas declarações contra as denúncias, Dirceu afirmou que não vai renunciar, desmentindo os boatos que circularam horas antes de seu depoimento. Em sua fala inicial de quase 30 minutos, o ex-ministro relembrou a sua militância política e negou participação em qualquer esquema de corrupção. Segundo ele, nem a cassação o tira da vida pública, para a qual retornou depois de haver sido afastado na ditadura militar.

Entre as mais recentes denúncias, Dirceu negou que seu amigo Roberto Marques, funcionário da Assembléia Legislativa de São Paulo, tenha recebido recursos do esquema administrado pelo empresário Marcos Valério. O ex-ministro também negou qualquer participação na admissão de sua ex-mulher Maria Ângela Saragoça no Banco BMG ou na compra, pelo advogado de Marcos Valério, do apartamento de Maria Ângela, que obteve empréstimo de R\$ 42 mil junto ao Banco Rural para adquirir outro apartamento.

A sala onde são realizados os trabalhos do Conselho de Ética esteve lotada durante quase todo o depoimento de Dirceu. Só houve queda no interesse quando Roberto Jefferson saiu. Dirceu também aproveitou boa parte de seu depoimento na defesa do "governo popular" chefiado pelo presidente Lula, que, na sua opinião, seria o verdadeiro alvo das denúncias feitas até o momento.

Embate com Roberto Jefferson frustra "platéia"

Aguardado ansiosamente pela mídia, o embate entre os deputados José Dirceu e Roberto Jefferson transformou-se em uma troca de acusações entre os dois protagonistas da crise atual, desfecho definido como "frustrante" pelo deputado Geraldo Thadeu (PPS-MG).

Depois da fala inicial de Dirceu, Roberto Jefferson, falando diretamente às câmeras de TV, usou de ironia.

– Não tem "mensalão" no Brasil. É conversa da imprensa, todos os jornais mentem, todas as revistas mentem. Você, que está em casa, acredita nisso? – questionou.

Dessa vez, Roberto Jefferson não poupou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Dis-



Roberto Jefferson e José Dirceu ficaram frente a frente no Conselho de Ética da Câmara: encontro dos protagonistas do escândalo foi marcado pelo clima de tensão



se que "tratou de assuntos republicanos e não-republicanos" com Dirceu na presença do presidente da República.

Em defesa própria, Dirceu buscou desqualificar seu acusador.

– O deputado Roberto Jefferson teve todas as oportunidades de denunciar o "mensalão". Mas ele quer transferir a prevaricação dele para nós, para mim. Não transfira para mim e para outros aquilo que era responsabilidade dele e não minha – afirmou.

Até mesmo o comportamento de Dirceu foi analisado por Roberto Jefferson.

– O senhor amedronta esta Casa, mas a mim não – declarou, para logo após voltar

atrás. "Tenho medo, confesso, porque vossa excelência provoca em mim os instintos mais primitivos", acrescentou.

E Roberto Jefferson foi mais longe: "Vejo José Dirceu hoje pela primeira vez despidido daquela arrogância natural, daquela empáfia que exibia", provocou o petebista.

Dirceu rebateu, dizendo que "nunca foi arrogante quando era ministro", seguido de gargalhadas dos presentes à Câmara.

Em meio à risada generalizada, ouviu-se o comentário da deputada tucana Zulaiê Cobra (SP). "Ele já nasceu arrogante", gritou a deputada. "A senhora não achava isso quando éramos amigos de faculdade", rebateu o petista.



Sala lotada para ouvir o depoimento do ex-ministro José Dirceu (à esquerda). Interesse só diminuiu quando deputado Roberto Jefferson (à direita) resolveu sair

Luiz Soares pede cassação de 14 para evitar renúncias

A renúncia do deputado Valdemar Costa Neto (PL-SP), na semana passada, foi a primeira desde que o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) denunciou o pagamento de mesada a deputados federais, especialmente do PP e do PL. Costa Neto tomou a decisão antes que representação contra ele fosse apresentada ao Conselho de Ética da Câmara.

Até aquele dia, apenas uma representação tramitava no conselho, apresentada justamente por Costa Neto contra o petebista. Desde então, outras 22 foram entregues à Mesa da Câmara. A abertura de inquérito no Conselho de Ética significa que os 22 denunciados, caso sejam cassados, não evitarão a perda dos direitos políticos por oito anos.

Para "frear o processo de renúncia ao mandato por deputados que querem fugir ao processo", o senador Luiz Soares (sem partido-MT), suplente do senador Antero Paes de Barros



Os denunciados por Luiz Soares aparecem como beneficiários de saques

(PSDB-MT), pediu a investigação contra 14 deputados.

Todos os denunciados por Luiz Soares apareceram como beneficiários diretos ou indiretos dos saques das contas do empresário Marcos Valério: os petistas João Paulo Cunha (SP), Professor Luizinho (SP), José Mentor (SP), João Magno (MG), Josias Gomes (BA) e Paulo Rocha (PA); o ex-líder do PMDB José Borba (PR); Carlos Rodrigues (RJ) e Wanderval Santos (SP), do PL; José Janene (PR), Pedro Corrêa (PE), Pedro Henry (MT) e Vadão Gomes (SP), do PP; e o petebista Romeu Queiroz (MG).

O PTB protocolou representações contra José Dirceu (PT-SP) e Sandro Mabel (PL-GO) no mesmo dia em que Dirceu se

confrontou com Roberto Jefferson no conselho. O PL revidou no dia seguinte com representações contra seis deputados do PTB: Sandro Matos (RJ), Neuton Lima (SP), Alex Canziani (PR) e Joaquim Francisco (PE), candidatos a prefeito em 2004; Francisco Gonçalves (MG), que afirmou saber da existência de malas de dinheiro no Congresso; e Romeu Queiroz (MG), que teria recebido valores das contas de Valério.

O deputado João Fontes (PDT-SE) pediu a cassação do deputado Jackson Barreto (PTB-SE), que o acusou de ter operado caixa dois e participado do "mensalão".

Os partidos têm a prerrogativa de requerer a investigação sem o aval da Mesa da Câmara. Já as 14 representações oferecidas

pelo senador dependem da decisão da Mesa para que sejam determinadas investigações pela corregedoria ou pelo conselho.

O presidente da Câmara, deputado Severino Cavalcanti (PP-PE), disse que iria avaliar as representações do senador e evitou adiantar qualquer conclusão. Na semana passada, Severino declarou que era favorável ao fim das apurações do conselho, sob o argumento de que "é perda de tempo" apurar as denúncias em diversas instâncias.

O advogado de Roberto Jefferson, Irapuã Messias, anunciou que vai apresentar representação contra mais três deputados: José Janene (PR) e Pedro Henry (MT), do PP, e Carlos Rodrigues (PL-RJ).

CRISE POLÍTICA Comissão começa a atuar para valer investigando a compra de votos na Câmara dos Deputados

Portugal entra na rota do "mensalão"



Os escândalos de obtenção de recursos pelo PT e PTB ganharam caráter internacional na última semana, quando, no Conselho de Ética e, dias depois, na CPI do Mensalão, o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) denunciou que o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu teria articulado um esquema envolvendo a Portugal Telecom e seu principal acionista, o Banco Espírito Santo (BES), para arrecadar R\$ 100 milhões, que seriam divididos entre o PT e o PTB. A operação envolveria ainda duas estatais então chefiadas pelo PTB, o Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) e a Eletronorte.

Segundo Roberto Jefferson, a pedido de Dirceu, o empresário Marcos Valério, em nome do PT e acompanhado do seu sócio Rogério Tolentino e do

tesoureiro do PTB, Emerson Palmieri, viajou a Portugal no dia 24 de janeiro deste ano para se encontrar com a direção da Portugal Telecom e viabilizar a transferência de US\$ 600 milhões de recursos que o IRB mantém no exterior para o BES em Lisboa. Antes disso, em 11 de janeiro, Valério teria se encontrado oficialmente com José Dirceu na Casa Civil, em companhia de Ricardo Espírito Santo, dono do BES.

Na CPI do Mensalão, Roberto Jefferson complementou a história: mais tarde, a Eletronorte promoveria a reestatização de linhas de transmissão, no valor de R\$ 3 bilhões a R\$ 4 bilhões. Para isso, a estatal obteria financiamento do BES. Conforme o deputado, as duas operações renderiam os R\$ 100 milhões, a título de comissão por intermediação, mas teriam sido abortadas em abril, coincidentemente a mesma data em que o escândalo nos Correios veio à tona.



Os senadores Amir Lando, Eduardo Suplicy e Ney Suassuna conversam sobre os rumos da crise

Em um primeiro momento, o presidente da Portugal Telecom, Miguel Horta, revelara a publicação portuguesa que recebera Marcos Valério como consultor do presidente Lula. Mais tarde,

tanto Horta quanto o jornalista voltaram atrás. Todas as empresas e demais nomes envolvidos negaram a transação. Valério disse que foi a Lisboa negociar a venda da Telemig Celular

para a Portugal Telecom, mas o negócio teria sido frustrado, enquanto Palmieri teria ido se "desestressar". O Banco Opportunity, dono da Telemig, negou envolvimento com o caso.

Mesmo sob protesto, Abi-Ackel continuará relator da comissão

Depois de muita discussão, o deputado Ibrahim Abi-Ackel (PP-MG) conseguiu continuar como relator da CPI do Mensalão. Isso porque o único requerimento apresentado formalmente para que ele renunciasse foi desqualificado pelo presidente da CPI, senador Amir Lando (PMDB-RO), uma vez que o seu autor, deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), não era integrante da comissão.

Abi-Ackel, questionado por parlamentares por ter seu nome envolvido em saque no Banco Rural, foi enfático ao afirmar que não iria renunciar à sua função na CPI. Ele defendeu-se das críticas dizendo que a comissão estaria apurando o recebimento de mesada por parlamentares para votarem a favor do governo a partir de 2002, portanto, sem qualquer relação com os fatos verificados por ocasião da campanha do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) para governador de Minas Gerais.

O deputado classificou de "atores" os parlamentares que se manifestaram contrários a sua permanência na relatoria da CPI, porque estariam querendo aparecer diante dos holofotes.

– Recuso-me a me afastar desta re-

latoria, por minha vida parlamentar exemplar. Daqui por diante ninguém obterá qualquer concessão de minha parte – assinalou.

A decisão de manter o relator foi tomada após acalorada discussão, em que o deputado João Correia (PMDB-AC) sugeria que Abi-Ackel desistisse da função para evitar constrangimentos à comissão e à Casa, e que sua presença no cargo implicaria permanente "sangramento da CPI". Correia insistiu ainda na quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de todos os integrantes da comissão.

Márcio Valério vai depor na comissão nesta terça-feira

Nesta terça-feira, a CPI do Mensalão ouve o empresário Marcos Valério, indicado como o operador do possível pagamento de R\$ 30 mil mensais a parlamentares da base de governo. Na quarta-feira é a vez do seu sócio na SMP&B, Cristiano de Mello Paes.

Na última semana, os membros da CPI aprovaram requerimentos de transferência de sigilos bancário, fiscal e telefônico de Valério, de sua mulher, Renilda, e do sócio Cristiano Paes.

Roberto Jefferson se contradiz sobre dinheiro para o PTB

A participação de Roberto Jefferson na CPI do Mensalão fugiu à regra dos depoimentos anteriores: em vez de fazer grandes denúncias e envolver mais personagens no escândalo, o deputado teve de dar explicações sobre os R\$ 4 milhões que confessou ter recebido do empresário Marcos Valério, em nome do PT. Ele se negou a revelar para quem entregou o dinheiro, limitando-se a admitir que distribuiu os recursos entre correligionários e candidatos do PTB, mas nenhum deles é deputado federal.

Seguindo a linha de todos os políticos identificados como beneficiários dos recursos, que alegaram que usaram o dinheiro para pagamentos de campanhas eleitorais não declarados à Justiça Eleitoral, Roberto Jefferson manteve a versão de que o dinheiro repassado a ele era parte de um acordo eleitoral entre o PT e o PTB, sustentando que os demais partidos recebiam o chamado "mensalão". "Nosso movimento foi na eleição", disse.

Os repasses para o PTB admitidos pelo deputado, no entanto, não batem com as listas de saques entregues por Marcos Valério e Simone Vasconcelos. Pelas listas, o tesoureiro do PTB, Emerson Palmieri, recebeu mais de R\$ 2,4 milhões, parte deles, antes do acordo com o PT, em julho de 2004. Roberto Jefferson deu explicação parcial ao revelar que teria recebido recursos (R\$ 1 milhão) também para pagar dívidas da campanha de 2002 e que teria pedido dinheiro ao então tesoureiro do PT Delúbio Soares para ajudar a filha do motorista Alexandre Chaves, que recebeu R\$ 200 mil. Como foi divulgado mais tarde, a filha de Chaves era namorada do ex-presidente do PTB José Carlos Martinez, morto em outubro de 2003.

Enquanto os recursos aparecem como saques no Banco Rural, Roberto Jefferson voltou a afirmar que o dinheiro foi entregue em malas, em duas ocasiões, pessoalmente por Marcos Valério, e que a listagem apresentada pelo empresário e



Investigações revelaram que saiu mais dinheiro das contas de Márcio Valério do que deputado havia revelado

sua funcionária não traz toda a movimentação que abastecera o "mensalão".

Depois de ter envolvido o presidente Luiz Inácio Lula da Silva na operação que envolveria a Portugal Telecom, o Banco Espírito Santo e a Eletronorte (veja matéria na página 6) para obtenção de R\$ 100 milhões para o PT e o PTB, Roberto Jefferson voltou atrás na CPI, onde reafirmou a sua confiança no presidente, o "relações públicas do Brasil".

O deputado manteve o tom irônico e a postura ativa na maior parte do depoimento de 14 horas, mas perdeu a compostura diante do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que apresentou a informação de que o deputado e o ex-funcionário dos Correios Maurício Marinho teriam sido reconhecidos almoçando juntos, como amigos, no interior de Mato Grosso do Sul. Marinho é o estopim da crise, flagrado recebendo R\$ 3 mil e detalhando um esquema de arrecadação para o PTB. Roberto Jefferson voltou a dizer que não conhece Marinho, a quem chamara de "bagrinho" e "petequero", e rasgou a reportagem que Suplicy encaminhou à Mesa, provocando irritação no vice-presidente da CPI, Paulo Pimenta (PT-RS), que advertiu o deputado e suspendeu a sessão.



Abi-Ackel não aceita ser incluído no rol daqueles que receberam o "mensalão"

CRISE POLÍTICA Líder do PDT no Senado quer evitar que parlamentares renunciem para escapar da cassação

Osmar Dias quer impedir renúncias



O líder do PDT no Senado, Osmar Dias (PR), apresentou projeto de resolução com o objetivo de impedir a renúncia de parlamentares depois que já tiverem sido denunciados ao Conselho de Ética. O senador quer evitar que outros deputados renunciem para manter seus direitos políticos, a exemplo de Valdemar Costa Neto, que era deputado federal pelo PL e está entre os principais envolvidos nas denúncias do "mensalão".

Osmar Dias explicou que o objetivo é evitar que os parlamentares sob acusação no Conselho de Ética utilizem a renúncia como artifício para manter seus direitos políticos e, assim, candidatarem-se ao mesmo cargo em outra eleição.

Costa Neto faz "confissão de culpa", diz Virgílio

Em discurso na última segunda-feira, o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio Neto (AM), avaliou a renúncia ao mandato do deputado federal Valdemar Costa Neto (SP), presidente do PL, como uma confissão de culpa de participação no "mensalão". Valdemar renunciou no início da sessão plenária da Câmara da segunda-feira.

Segundo o senador, o fato comprova, ao mesmo tempo, a existência de um "acordão" para livrar da cassação dos direitos políticos, por oito anos, parla-

Ao destacar a importância de seu projeto, ele ressaltou que "se renúncia" no Congresso o uso generalizado desse expediente.

– O projeto foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e já está na Mesa. Por isso, solicito que seja colocado em pauta. Acho oportuno que o assunto seja votado pelos senadores – afirmou.

O presidente da Casa, Renan Calheiros, disse a Osmar Dias que a Mesa vai priorizar a análise do projeto.

– Estou determinando a publicação de pareceres para colocar o projeto de resolução em votação o mais rapidamente possível – ressaltou Renan.

Osmar Dias defendeu ainda proposta de emenda à Constituição apresentada pelo ex-senador Roberto Requião que prevê o fim



Osmar Dias condena artifício para conservar direitos políticos

da reeleição.

O pedetista propõe também a inclusão, na pauta do Congresso, dos projetos de reforma tributária, reforma política e da MP do Código Florestal.

mentares que deverão ser investigados pela CPI do Mensalão.

– É a senha para que outros parlamentares renunciem em cadeia. Esse era o "acordão" que se esperava na Câmara. Um perdoo um, outro perdoo outro, e, assim, os envolvidos tentam driblar a opinião pública e estarão livres para disputar as próximas eleições – protestou o senador pelo Amazonas.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, também comentou a renúncia de Valdemar Costa Neto, respondendo aos jorna-

listas que estiveram no Salão Vermelho da Prefeitura de Campinas cobrindo o lançamento da Frente Parlamentar por um Brasil sem Armas.

– Renúncia é um ato de vontade unilateral, mas ela será muito mais importante se ajudar a esclarecer todos os fatos – comentou Renan.

O presidente do Senado disse não ter informações sobre a possibilidade de a renúncia de Valdemar e o agravamento da crise política provocarem uma onda de outras renúncias.

Alvaro Dias: já existem provas contra parlamentares

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) avaliou que as provas acumuladas até o momento pela CPI dos Correios já seriam suficientes para confirmar o envolvimento de parlamentares nas denúncias de corrupção.

– Se eu fosse presidente dessa CPI, já teria encaminhado à Mesa da Câmara um pedido de instauração de processo para eventual cassação de parlamentares.

Alvaro Dias previu ainda que em breve será desmontada a estratégia de restringir as denúncias contra o PT a práticas de crime

eleitoral. Para o senador, todos os indícios apontam o ex-ministro chefe da Casa Civil José Dirceu como articulador do que chamou de "projeto gigantesco de corrupção", com denúncias que chegam ao Palácio do Planalto.

Para José Jorge (PFL-PE) foram "decepcionantes" as declarações de Dirceu ao Conselho de Ética da Câmara, atribuindo ao tesoureiro licenciado do PT, Delúbio Soares, a responsabilidade por empréstimos levantados por meio de Marcos Valério. "Dirceu se acovardou e não disse a verdade", criticou.

Há precedente para cassação de Dirceu, diz líder do PSDB

Em pronunciamento na quinta-feira, o senador Arthur Virgílio Neto (AM), líder do PSDB no Senado, citou casos precedentes de parlamentares cassados por fatos cometidos antes de assumirem seus mandatos. No dia anterior, em questão de ordem levantada por ele, o presidente do Senado, Renan Calheiros, respondera que o deputado José Dirceu, ex-ministro da Casa Civil, só poderia ser cassado por fatos cometidos após ter assumido seu mandato.

Mas Virgílio lembrou o caso do ex-senador Luiz Estevão, cassado pelo desvio de dinheiro público do Tribunal Regional do Trabalho, e do deputado Hildebrando Pascoal, acusado de chefiar um esquadrão da morte no Acre.

O senador disse que via a crise se avolumar e o governo incapaz de gerenciá-la. Para ele, a maioria dos parlamentares do PT é honrada e uma minoria, de forma articulada, estaria evadindo a coisa pública.

Pedro Simon pede que procurador seja rigoroso

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) espera que o procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, aja com rigor em relação ao exame de processos decorrentes dos relatórios das comissões parlamentares de inquérito (CPIs) em andamento.



Pedro Simon

Simon justificou sua preocupação lembrando que, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, o então procurador-geral, Geraldo Brindeiro, ficou conhecido como "engavetador de processos das CPIs".

– Cabe à promotoria pública não deixar que uma dúzia de parlamentares deixem de ser processados por terem renunciado aos mandatos – enfatizou, ressaltando que as CPIs não têm a prerrogativa de prender ou obrigar qualquer pessoa a devolver recursos da União, o que cabe à Justiça.

O parlamentar também criticou a interferência dos líderes governistas em relação à CPI que iria apurar denúncias contra Waldomiro Diniz, ex-assessor

de José Dirceu na Casa Civil, ainda em 2004.

– Poderíamos ter evitado a necessidade das CPIs que estão em funcionamento para investigar a corrupção, mas os líderes não deixaram – protestou. Ele denunciou

que uma nova reunião, na última quarta-feira, teria como pauta um acordo para abafar as investigações das atuais CPIs.

Para Simon, a crise política é grave, mas não atinge o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele observou que Lula, no topo de uma biografia exemplar, tem tudo para superar o quadro adverso. Lembrou que ele próprio governou o Rio Grande do Sul sem maioria parlamentar, mas amparado no apoio da sociedade.

Simon também disse que a agenda positiva que vem sendo defendida pelo governo não deve ser criada para esconder fatos, mas para fortalecer as apurações. Essa agenda, ele defende, deve priorizar a reforma política.

Renan nega acordo para abafar investigações

O presidente do Senado, Renan Calheiros, respondeu na quarta-feira à acusação do senador Pedro Simon (PMDB-RS) de que os líderes partidários, reunidos à tarde, estariam procurando chegar a um acordo para abafar as investigações das CPIs que estão em andamento no Congresso. Renan destacou que a reunião visou ajustar os calendários das comissões permanentes do Senado e das CPIs.

– Em todo momento, dei força

às investigações e defendi as comissões de inquérito. O Congresso retoma a sua legitimidade e a sua responsabilidade por meio da investigação – argumentou o presidente do Senado, explicando que é preciso estabelecer datas e horários de forma que todas as comissões possam funcionar.

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) elogiou a atuação de Renan e criticou Pedro Simon, dizendo que ele, às vezes, comete injustiças.

Bornhausen: "Não aceitamos acordinhos ou acordões"

O presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), negou na última segunda-feira, em entrevista coletiva, a participação do partido em qualquer tentativa de "acordão" em torno das comissões parlamentares de in-



Jorge Bornhausen

quérito em curso no Congresso com objetivo de tentar abrandar as investigações e punições ou "blindar" a economia.

– Não aceitamos conchavos, acordos, acordinhos ou acordões. Queremos a punição de corruptores e corruptos – disse Bornhausen.

Os esclarecimentos devem-se às notícias divulgadas no fim de semana pela imprensa, insinuando a existência de conversas entre governo e oposição para definir como seriam feitas as investigações e as possíveis cassações de parlamentares no

âmbito da CPI Mista dos Correios.

O senador também afirmou que o PFL não participou, nem participará de qualquer blindagem na economia – que, em sua opinião, não está sofrendo nenhum percalço – e que

o partido "não sentará à mesa com membros do governo e nem negociará com o primeiro escalão".

– Falta autoridade moral, política e administrativa ao governo – afirmou.

O líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), que também participou da coletiva, informou que foi procurado pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci, há "mais ou menos três semanas", para conversar sobre "economia e política", mas que não considerou o "momento apropriado para o encontro".

Mercadante lê nota em defesa de Ciro Gomes

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) leu nota divulgada pelo ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, sobre a inclusão do nome de Márcio Lacerda, ex-secretário-executivo do ministério, como destinatário de dinheiro proveniente das empresas do publicitário Marcos Valério. A acusação foi feita por Simone Vasconcelos, diretora financeira da agência SMP&B, em depoimento à Polícia Federal.

Na nota, o ministro explica que o único ponto de contato que justificaria a menção do nome de Márcio Lacerda por Simone Vasconcelos foi um pedido que ele fez a Delúbio Soares, então tesoureiro do PT, para que providenciasse o pagamento de uma conta atrasada da empresa de publicidade New Trade. A empresa New Trade, ainda de acordo com a nota, trabalhou na campanha de Ciro à Presidência e depois, no segundo turno, prestou serviços para Duda Mendonça, responsável pela campanha de Luiz Inácio Lula da Silva.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio, disse acreditar na inocência de Ciro Gomes.

CRISE POLÍTICA Senadores da oposição acusam agravamento da situação e parlamentares petistas defendem votação

Para Mesquita Júnior, falta humildade a Lula



Ao comentar a crise política por que passa o país, o senador Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC)

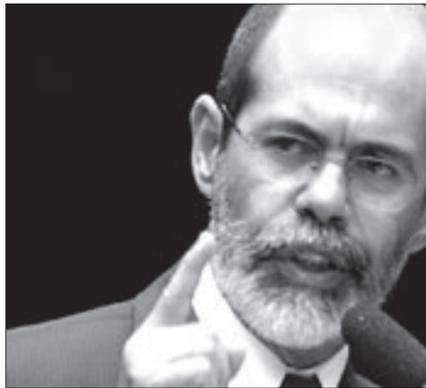
afirmou que, apesar das recentes denúncias de corrupção, mantém suas esperanças no aperfeiçoamento da democracia brasileira. E que, justamente para que isso ocorra, é necessário “apurar com profundidade os fatos”. Ele também disse que falta humildade ao presidente da República, e acrescentou que Luiz Inácio Lula da Silva deveria se desculpar publicamente.

– Se tivesse a oportunidade, eu lhe diria, parafraseando Roberto Jefferson: “Senhor presidente, saia daí! O senhor está colocando em risco a seriedade de um

país. Saia daí! O senhor pode vitimar um país inocente” – declarou o senador, para quem Lula deveria “calçar as sandálias da humildade”.

Para Mesquita Júnior, o que ocorreu é que “um grupo se apoderou de instâncias de poder no país e resolveu encurtar o caminho a ser trilhado, estabelecendo um balcão de negócios como jamais se viu, em vez de percorrê-lo por meio de um processo político democrático, eleição após eleição, construindo uma base de sustentação sólida para a implementação de um programa político”.

O senador destacou que o Congresso tem hoje uma “enorme



Mesquita Júnior considera que o Congresso tem enorme responsabilidade

responsabilidade” com as três CPIs em funcionamento e disse o fato de Lula ter assinado a MP 130/03 é “prova incontestante de envolvimento do PT”.

– Essa MP concedia ao BMG a exclusividade na operação do crédito consignado para aposentados – apontou.

Efraim Moraes afirma que o país está à deriva

O senador Efraim Moraes (PFL-PB) defendeu em Plenário que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva precisa pedir perdão ao povo brasileiro, em virtude das recentes denúncias de corrupção dentro do governo petista. Para o senador, “o país está à deriva”.

Ele lembrou parte do depoimento do ex-secretário nacional de Segurança Pública Luiz Eduardo Soares à CPI dos Bingos. De acordo com Efraim, o secretário afirmou que, juntamente com Marcelo Sereno e Waldomiro Diniz, foi responsável, a mando de José Dirceu, por arrecadar recursos para financiar campanhas políticas de candidatos

petistas. Segundo ele, Sereno e Waldomiro foram “premiados” com cargos na Casa Civil da Presidência da República quando Dirceu assumiu como ministro, “para continuarem arrecadando recursos para financiar campanhas de políticos do PT”.

Na opinião de Efraim, o depoimento de Soares deixou claro que o PT drenou recursos públicos com o objetivo de “perpetuar o partido no poder”, num “ardiloso esquema” montado por José Dirceu com o conhecimento da cúpula do PT.

– Será que o presidente Lula não sabia de nada? Ele foge das explicações que deve dar ao povo brasileiro – analisou o senador.

Sérgio Guerra critica postura do presidente

O senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) criticou a postura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva diante das sucessivas denúncias de corrupção que se abatem sobre seu governo e integrantes do PT. O parlamentar considerou “dramáticos” os

gestos e as palavras de Lula nesse momento de crise política, comportamento que o estaria conduzindo na direção de uma ditadura.

– Se o presidente não é capaz de assumir suas responsabilidades públicas, de honrar o seu

passado, não merece os votos que os brasileiros lhe deram – afirmou.

Sérgio Guerra sustentou que nem a oposição nem a elite brasileira estariam interessadas em derrubar o presidente Lula.

PFL prestará queixa no Ministério Público

O líder da minoria no Senado, senador José Jorge (PFL-PE), entrará com uma representação junto ao Ministério Público contra o presidente da República, solicitando que ele seja processado por crime de responsabilidade. O parlamentar argumentou que, no discurso feito em Guaranhuns na última quarta-feira, no lançamento

do Plano Safra de Agricultura Familiar, do governo federal, Lula aproveitou um ato público governamental, utilizando recursos públicos, para dar início à campanha eleitoral de 2006. Na ocasião, o presidente Lula reivindicou o direito de concorrer à reeleição e afirmou que seus opositores teriam que “engoli-lo”.

Discursos ultrapassam limites, diz Jereissati

A oposição cansou de tentar preservar o presidente da República. O desabafo é do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), para quem o presidente passou dos limites.

Para o senador, Lula ainda não entendeu a gravidade dos acontecimentos que se desenrolam no país e provocam perplexidade internacional.

Segundo Tasso Jereissati, é

impossível dissociar da figura do presidente a crise política gerada pelas denúncias que estão sendo investigadas pelo Congresso. Na avaliação do senador, no momento em que Lula abre mão da sua responsabilidade e se diz alheio a tudo, prova que não tem condições de ser um líder. Um presidente é o responsável por tudo o que acontece na sua administração, enfatizou.

ACM cobra explicações sobre as denúncias

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) cobrou explicações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre as denúncias de corrupção publicadas nas últimas semanas envolvendo o governo e o PT. Ele também afirmou que a oposição não deseja o impeachment do presidente. – Com este governo não há salvação, mas, mesmo assim, ele deve continuar até o último dia – sustentou Antonio Carlos, acrescentando que a administração pública deve continuar funcionando e que o Senado dará seguimento à votação de projetos de interesses da sociedade e do país.

Ideli Salvatti defende discussão e votação de matérias relevantes

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) conclamou o Congresso Nacional a votar matérias da agenda positiva do governo, consideradas “relevantes para a sustentabilidade do crescimento do país”.

No seu entendimento, embora senadores e deputados estejam voltados para a crise política, há matérias que precisam ser votadas com urgência. Ela citou

como exemplo o projeto de Lei Geral da Microempresa e a proposta da pré-empresa, que pode colocar na legalidade milhares de brasileiros que trabalham na informalidade.

– Setores da oposição não podem e não devem se negar a negociar propostas que possibilitem a oferta de empregos e o aumento do número de empresas – afirmou.

Sibá Machado sugere eleição direta para a direção do PT

O senador Sibá Machado (PT-AC) ressaltou a importância da eleição direta para a nova direção nacional do PT, marcada para o dia 17 de setembro. Embora admita que no interior do partido haja propostas no sentido de adiar o pleito, para o parlamentar a prorrogação só “valeria a pena” se houvesse entendimento entre todas as correntes do partido e a decisão em torno do assunto

fosse unânime. “Se não for assim, vai parecer que alguém está querendo se dar bem em relação ao outro”, disse.

O senador também defendeu uma reunião entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Severino Cavalcanti, para discutirem uma agenda positiva entre o governo e o Congresso Nacional.

Mozarildo destaca as atividades do Congresso

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) rebateu informações da imprensa segundo as quais o Congresso Nacional teria retomado seus trabalhos na segunda-feira passada, observando que Senado e Câmara não entraram em recesso. Ele lembrou que os líderes partidários decidiram não aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentárias e, dessa forma, o Congresso não pôde entrar em recesso. Mozarildo, que é vice-presidente da CPI dos Bingos, salientou que, além dessa comissão e da CPI dos Correios, o Plenário também funcionou normalmente, com sessões deliberativas e não deliberativas, o mesmo ocorrendo com algumas comissões permanentes.

Maciel: crise política é normal na democracia

Em palestra para adidos militares estrangeiros no Brasil, na semana passada, o senador Marco Maciel (PFL-PE) disse que o país tem instituições democráticas estáveis e que a crise política é normal nas democracias. A palestra foi promovida pelo Instituto do Legislativo Brasileiro (ILB). Os problemas de governabilidade têm origem em questões institucionais das relações do Poder Executivo com o Legislativo. Na opinião do senador, as medidas provisórias, instrumento típico do parlamentarismo, mas utilizado no presidencialismo brasileiro, é uma das razões dos problemas de governabilidade.

Demostenes salienta falta de talento do PT

“Não existe e não vai haver crise de governabilidade”, garantiu o senador Demostenes Torres (PFL-GO), frisando que o Brasil “não vai abaixar a cabeça por conta das baixarias do PT” A. Ele acrescentou que há paralisia política em razão da “falta de talento do PT para governar”.

– Vai chegar a hora do acerto de contas e vamos fazer um país melhor depois de encerrar a assepsia política – afirmou o senador, ao dizer que as CPIs terão os elementos para demonstrar “quem é quem” no esquema montado pelo PT.

CONTABILIZADO - O PFL vai entrar com uma representação no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de Pernambuco para fazer o PT explicar por que R\$ 1,2 milhão utilizado em campanha política não foi contabilizado. A informação foi dada ao Plenário pelo senador José Jorge (PFL-PE), conforme notícia publicada no dia 31 passado no *Jornal do Commercio*, de Recife, com a manchete “PT não declara R\$ 1,2 milhão ao TRE”.

INVESTIDORES - Fernando Bezerra (PTB-RN), líder do governo no Congresso, manifestou preocupação com os impactos negativos da corrupção nos investimentos internacionais no país. Segundo ele, o noticiário sobre os acontecimentos internos começou tímido, “mas alastrou-se pelo mundo de forma impressionante”. - Inicialmente pelos canais de televisão e depois por jornais importantes - disse.

CRISE POLÍTICA Discussões sobre mudanças no sistema eleitoral são efeito de denúncias de corrupção

Reflexões precisam amadurecer, diz Suplicy

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) tratou, na terça-feira, da reforma política. Para ele, os parlamentares precisam amadurecer as reflexões e se empenhar para que, até o dia 3 de outubro, esteja votada essa matéria, tanto na Câmara dos Deputados quanto



Eduardo Suplicy

o financiamento público das campanhas, do qual alguns parlamentares discordam. Mas a transparência na prestação de contas, para ele, deve ser unanimidade.

– Se for para haver ainda qualquer financiamento de pessoa física e de pessoa jurídica, então há que se estabelecer a transparência em tempo real das contribuições e transparência total tanto de arrecadação de receitas quanto de gastos – defendeu Suplicy, enfatizando que ele prefere o financiamento público, já instituído em países como a Alemanha.

Suplicy ressaltou alguns pontos que considera relevantes. Segundo ele, a fidelidade partidária é o ponto sobre o qual há maior consenso entre senadores e deputados de todos os partidos.

– O que se deseja é que, quando um senador, um deputado, um governador, um prefeito ou um presidente da República for eleito, ele permaneça ao longo do mandato no partido de sua escolha quando candidato – frisou.

O senador também destacou

Suplicy mencionou ainda as listas fechadas nas eleições proporcionais. E afirmou que ainda não está persuadido de que esse seja o sistema mais democrático.

Tebet defende mudanças no sistema eleitoral

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) defendeu a aprovação imediata da fidelidade partidária e da cláusula de barreira nas eleições proporcionais, propostas na reforma política. Mas considerou terrível introduzir no sistema eleitoral brasileiro, “a toque de caixa”, o financiamento público de campanha e o processo de listas fechadas para escolha dos candidatos ao Legislativo.

– Propor o financiamento público de campanha em meio a essa crise social e moral, tirando dinheiro de escola e de creche,

é um atentado à consciência da sociedade brasileira – afirmou.

Tebet também considera absurdo adotar o sistema de listas fechadas por considerar que tais listas poderão limitar o poder de escolha do eleitor e possibilitar a imposição da vontade dos caciques políticos em sua composição.

Como o assunto é complexo e o prazo para alterações na legislação eleitoral termina em 30 de setembro, o parlamentar acredita não haver tempo hábil para aprovar a mudança para as eleições de 2006.

Motta sugere a adoção do parlamentarismo

O senador João Batista Motta (PMDB-ES) defendeu na sexta-feira a adoção do regime parlamentarista no Brasil. Ele pediu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao presidente do Senado, Renan Calheiros, que a mudança do regime presidencialista para o parlamentarista seja incluída na reforma política.

– Lula seria um grande chefe de Estado, como Fernando Henrique Cardoso teria sido também, quando foi presidente – comentou o senador.

De acordo com Motta, uma das vantagens do parlamentarismo estaria em que o primeiro-ministro seria encarregado exclusivamente da administração do país. Em caso de perda de credibilidade diante da opinião pública, acrescentou, ele poderia ser afastado imediatamente pelo Congresso Nacional.

Mão Santa comenta declarações de ex-militante petista

O senador Mão Santa (PMDB-PI) comentou na terça-feira que, segundo o cientista político César Benjamim, ex-militante do PT, o envolvimento de alguns membros do partido, próximos ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com recursos mal explicados já vinha da campanha de 1989. As declarações de Benjamim, conforme ressaltou Mão Santa, foram feitas no programa *Canal Livre*, da Rede Bandeirantes.

De acordo com o parlamentar, já em 1989 os sindicalistas se apropriavam dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Depois passaram a usar os fundos de pensão e as prefeituras. Mão Santa disse que Benjamim acrescentou que os que faziam esse tipo de trabalho conviviam com Lula.

O senador assinalou que antes ele tinha um pensamento benevolente em relação ao presidente, mas agora tem certeza que a corrupção afogou a esperança.

Esquenta o debate sobre a reforma

As denúncias de corrupção nos Correios e do “mensalão”, que seria distribuído para garantir o apoio de parlamentares da base governista, reacenderam a discussão sobre a reforma política no Senado.

Sérgio Guerra (PSDB-PE) ressaltou que é possível realizar uma reforma restrita para tratar de questões mais urgentes, como a fidelidade partidária. Para o senador, não há condições de disputar as próximas eleições com o atual regulamento político-partidário. Ele reconhece que o tempo é curto para mudanças mais profundas no sistema em vigor. E discorda da proposta do financiamento público de campanha.

O líder do PTB no Senado, Fernando Bezerra (RN), defende uma reforma política mais ampla. Para isso, propõe que as eleições sejam transferidas de 3 de outubro de 2006 para janeiro de 2007.

Embora as opiniões sejam as mais diferentes sobre a dimensão e

o prazo para a realização de uma reforma política, há consenso em torno da necessidade de diminuir os custos das campanhas eleitorais. O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), é favorável ao fim da produção “spielberguiana” de campanhas que colocam em foco o “candidato-câmera-sociedade”.

– É fundamental pôr fim às superproduções que custam caro e acabam financiadas pelos “mensalões” – afirmou.

Para Virgílio, o governo do presidente Lula não terá condições de fazer uma reforma política. “O governo está sociologicamente acabado. Infelizmente, um ano e meio antes do seu término o governo virou um pato manco”, frisou.

Numa outra etapa, continuou Virgílio, será possível realizar



Fernando Bezerra defende o adiamento das eleições para janeiro de 2007

mudanças mais profundas. Ele disse apoiar a ideia do deputado Miro Teixeira (sem partido-RJ) de uma mini-Constituinte. A reforma política será tema de debate, esta semana, na Conferência Internacional sobre Reforma Política, promovida pela Câmara. Políticos, jornalistas, cientistas políticos e ONGs estarão discutindo o tema nos dias 10 e 11 na Sala Nereu Ramos.

Pefelistas propõem novo modelo

O PFL apresentou na última segunda-feira, para discussão no Congresso, uma proposta de reforma política que poderia gerar cortes “de até 80%” nos custos de campanha, segundo o presidente do partido, senador Jorge Bornhausen (SC).

O esboço, que será transformado em projeto depois de acertos com os líderes do partido e com o presidente do Senado, Renan Calheiros, proíbe showmícios e propaganda de “boca-de-urna”. Prevê também a redução nos horários gratuitos de rádio e televisão e a criação de um teto para doações de pessoas jurídicas e físicas, além da proibição de doações de empresas com contratos com os entes federativos.

– A sociedade quer uma respos-



Em entrevista coletiva, José Jorge (E), Jorge Bornhausen, presidente do PFL, e José Agripino falam sobre a reforma política

ta a tudo o que está aí, com cerco à corrupção e à existência de caixa dois – afirmou Bornhausen.

De acordo com o PFL, a propaganda gratuita nas emissoras de

rádio e TV deveria ser reduzida dos atuais 45 dias para 30. Já a contabilidade dos candidatos seria publicada eletronicamente, por meio da Internet.

Mozarildo pede medidas emergenciais

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) afirmou, na última segunda-feira, que é preciso fazer a “reforma política possível” e não uma reforma profunda. Ele defendeu a adoção de medidas emergenciais como o financiamento público de campanha, a fidelidade partidária e a cláusula de barreira, para que “o eleitor não vá às urnas no ano que vem acreditando que nada irá mudar”. Mas o senador

considera que não se deve fazer ajustes casuísticos como a lista fechada, pois a medida daria oportunidade aos atuais parlamentares de serem os primeiros nas listas das próximas eleições.

Mozarildo lembrou que o Senado aprovou há anos a fidelidade partidária, a cláusula de barreira e o financiamento público de campanhas, mas que a proposta ficou parada na Câmara dos Deputados.

Ele lembrou ainda que alguns defendem uma Constituinte exclusiva para fazer as grandes reformas de que o Brasil precisa.

Em aparte, o senador Marco Maciel (PFL-PE) afirmou que o projeto teria sido distorcido na Câmara e as reformas poderiam não adotar princípios de caráter permanente que pudessem fortalecer as instituições republicanas e melhorar o sistema de governo.

Serys quer mudanças no PT

A senadora Serys Shlessarenko (PT-MT), em discurso na terça-feira, pediu transformações no Partido dos Trabalhadores e conclamou os militantes petistas a não desistirem do partido.

– Temos que continuar nossa luta e nossa caminhada. Quero meu PT de volta – disse a senadora.

Serys afirmou que as eleições no PT no dia 18 de setembro serão uma oportunidade para o partido renovar seus quadros e afastar do comando os dirigentes que o conduziram “de forma equivocada”. O PT, avaliou, deve mudar a relação com os militantes, com o governo e com os intelectuais.

PSB deverá usar a Internet

Em nome da liderança do PSB, o senador João Capiberibe (AP) informou na terça-feira que o partido pretende divulgar na Internet os recursos que recebe do fundo partidário.

O senador incorporou ao seu discurso artigo do jornalista Elio Gaspari, no jornal *O Estado de S. Paulo*, que recomendava aos partidos colocar suas contas na Internet como uma forma de acabar com a corrupção política. Para Capiberibe, o mesmo deve ser feito em relação às receitas do poder público.

ORCAMENTO

Comissão pode votar LDO nesta terça

Frustrada a expectativa de encerrar, na primeira semana de agosto, a votação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2006, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúne-se nesta terça-feira, às 14h30, para tentar novamente examinar o substitutivo do deputado Gilmar Machado (PT-MG). Ainda não existe um acordo que possa garantir a votação.

O atraso na aprovação da LDO, usado como instrumento pela oposição para evitar o recesso do Congresso em julho, abriu espaço para que o próprio governo propusesse novas alterações no substitutivo de Machado. O deputado confirmou que vem conversando com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, e que deve divulgar uma nova errata com a quarta versão do seu relatório.

São mudanças que, segundo o relator, mexem inclusive com os compromissos centrais da proposta do Executivo de impor limites aos gastos do governo e

à receita administrada pelo fisco. Isso exigirá, conforme integrantes da comissão, entendimento entre as lideranças partidárias com o intuito de evitar que se cumpra o prazo regimental de três dias para conhecimento do novo texto.

Outro empecilho para a votação da LDO de 2006 é a reiterada obstrução dos parlamentares da bancada ruralista. O presidente da Comissão de Agricultura da Câmara, deputado Ronaldo Caiado (PFL-GO), garantiu que deixará de obstruir assim que o Conselho Monetário Nacional viabilizar a prorrogação das dívidas de custeio da safra 2004/2005 dos produtores não atendidos pelo programa de agricultura familiar.

Caiado informou que também está tentando viabilizar outros pontos acertados com o governo durante o movimento do "trato-raço" em Brasília, como pagar



Gilberto Mestrinho (D), presidente da CMO, discute com o relator Gilmar Machado aspectos da proposta

ao final dos contratos de renegociação das dívidas securitizadas a prestação deste ano, no caso dos produtores que enfrentaram problemas com a seca e com a comercialização da safra. Essa parcela corresponderia a algo em torno dos R\$ 250 milhões.

MP do Bem e nova Receita Federal exigem ajustes no substitutivo

A edição da chamada MP do Bem e a criação da Receita Federal do Brasil, com a centralização dos recolhimentos fiscais e previdenciários em um único órgão, estão exigindo alguns ajustes no substitutivo ao projeto da LDO. Um deles, e talvez o mais complicado, visa dar condições para que o governo consiga controlar efetivamente as compensações tributárias cruzadas. Isto é, o sistema pelo qual

as empresas podem pagar determinado imposto ou contribuição com créditos tributários. Esse sistema, instituído em 1996 pela Lei 9.430, já dava problemas de controle para o fisco, que tem até cinco anos para homologar as compensações que são feitas pela Internet. Agora, com a MP do Bem, que admitiu cruzar créditos e débitos previdenciários com os recolhimentos administrados pela Receita Federal, o controle ficou

ainda mais difícil, na avaliação do consultor de orçamento da Câmara Mauro da Costa e Silva, que está estudando o assunto.

Costa e Silva explica que a Receita não tem hoje como "segregar essas arrecadações" e contabilizar o que realmente está se perdendo no recolhimento de tributos com o uso do crédito para pagar outro tributo. Por exemplo, qual seria a redução na arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que junto com o Imposto de Renda compõe a base para os repasses aos fundos de participação dos estados e dos municípios, porque o contribuinte usou créditos de IPI para pagar a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

Um dos riscos, para o consultor, é o descontrole orçamentário - "receitas orçadas que não se realizam ou que podem produzir, no futuro, esquele-

tos ao contrário". No biênio 2003/2004, o fisco analisou e rejeitou R\$ 3 bilhões das compensações cruzadas lançadas no período, gerando uma receita extraordinária que ele classifica de "esqueleto ao contrário", porque em algum momento irá entrar para os cofres da União.

Há outros R\$ 7 bilhões de compensações cruzadas relativas ao mesmo período ainda pendentes de análise, que pode ser feita dentro do prazo de cinco anos. E com um aspecto importante: o consultor da Câmara lembra que a Receita não tem como fazer um pente-fino em todas as compensações e que trabalha por amostragem. Ou seja, admite que empresas usem o sistema de compensação cruzada para se financiar, já que o fisco cobra multa de inadimplente para os casos que não homologa, além de juros e correção. Mesmo que a empresa venha a ter esse custo, ele é mais baixo do que levantar empréstimos no mercado para o giro de suas operações.

Nova versão deve prever crescimento de 4,5% em 2006

Na nova versão do seu substitutivo, o relator do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias deve retomar a projeção do governo federal de 4,5% para o crescimento da economia brasileira em 2006. O deputado Gilmar Machado espera, ao rever a previsão de 4% de expansão do produto interno bruto (PIB), possibilitar a aplicação do mecanismo denominado de "ajuste anticíclico", a grande novidade do seu relatório.

O instrumento, que prevê alterar a meta de 4,25% do superávit fiscal (indicador do que o setor público se compromete a economizar para pagar juros sobre o que deve), com uma variação de até 0,25 ponto percentual para cima ou para baixo, poderá liberar recursos para gastos e investimentos do governo se a economia no próximo ano não alcançar o desempenho esperado.

Na hipótese de o PIB aumentar apenas 3,5% em 2006, um percentual próximo do que o mercado vem apostando, a fórmula desenhada na última versão do relatório de Machado permitiria que um quinto da diferença entre o crescimento efetivo e os 4,5% projetados

na LDO seja aplicado como um redutor do superávit primário. Ou seja, o correspondente a 0,2 ponto percentual. Assim, a meta do superávit baixaria para 4,05% do PIB.

Mas essa não deve ser a única mudança no novo texto de Machado. O relator anunciou que está aguardando os estudos do Ministério do Planejamento

para alterar o limite de 17% do PIB para conter as despesas correntes primárias do governo (pessoal, custeio da máquina, benefícios previdenciários e assistenciais),

porque os gastos com a Previdência devem superar as projeções iniciais.

Gilmar Machado explicou ainda que o teto de 16% do PIB para a receita administrada pelo fisco também deverá ser alterado, inclusive em função da criação da Receita Federal do Brasil, que unificará a arrecadação fiscal e previdenciária. Uma questão delicada vem sendo estudada pelos técnicos: o risco orçamentário que está embutido no sistema de compensações tributárias, agravado agora com a possibilidade de pagar impostos e contribuições sociais com os créditos previdenciários.

Um dos objetivos é garantir o controle das compensações cruzadas

Meta de superávit pode ser alterada para garantir investimentos

Déficit nominal zero volta a ser debatido com parlamentares

Parecia ter esfriado, depois que integrantes do próprio governo manifestaram pouco entusiasmo com a proposta do ex-ministro e deputado Delfim Netto (PP-SP) de zerar o déficit nominal das contas públicas até 2009. Mas a proposta deve ganhar novo fôlego esta semana com o debate promovido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), na quinta-feira pela manhã, quando, além do autor e de especialistas, participam os senadores Rodolpho Tourinho (PFL-BA), Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Aloizio Mercadante (PT-SP), e os minis-

tros da Fazenda, Antonio Palocci, e do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo.

A pressão do empresariado e de outros setores da sociedade para que o governo e o Congresso Nacional rompam a inércia gerada pela crise política deve favorecer o encontro, na avaliação de Tourinho.

É essencial que as idéias de Delfim sejam discutidas agora, para que as medidas possam estar prontas para 2007, quando se inicia o próximo governo - esclarece o senador.

Na visão de Tourinho, o en-

contro pode ir além do debate de idéias.

O senador disse que ele próprio deverá sugerir a construção de uma agenda para acelerar a votação da reforma tributária na Câmara dos Deputados ainda no início deste segundo semestre e dos projetos que permitem avanços na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), como a fixação de limites para a dívida consolidada do setor público e para a dívida mobiliária federal, e a implementação do Conselho de Gestão Fiscal.



Mercadante

Tourinho

Jereissati

Essa agenda, segundo o senador, estaria direcionada para medidas que contribuam para o alcance do déficit nominal zero proposto pelo deputado Delfim

Netto, como promover a redução das despesas governamentais, a elevação progressiva dos superávits fiscais e a melhora na qualidade do gasto público.

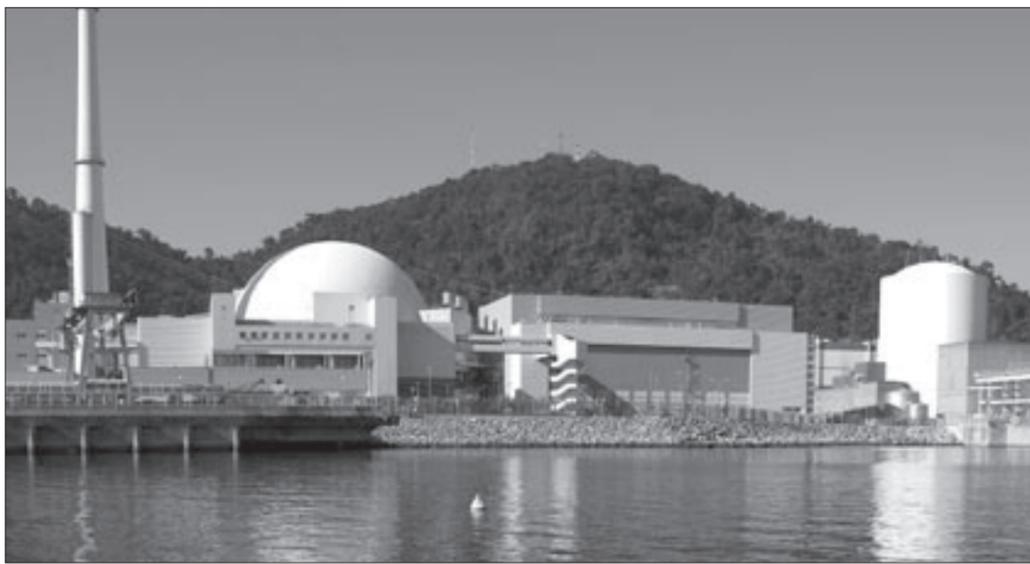
COMISSÕES

Indenização para áreas com usina nuclear

Estados e municípios onde estejam localizadas usinas term nucleares de geração de energia elétrica, bem como os municípios limítrofes, poderão receber ressarcimento pelos danos ambientais e riscos causados a sua população. Projeto (PLS 367/04) do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) teve parecer aprovado na Comissão de Educação (CE) na semana passada e agora vai à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para decisão terminativa.

O projeto fixa a compensação financeira em 5% do faturamento bruto da exploração de energia elétrica proveniente de energia nuclear. Desse total, 30% seriam para o estado, 45% para o município no qual se localiza a usina e 30% para serem divididos igualmente entre os municípios limítrofes.

O relator da proposta, senador Delcídio Amaral (PT-MS), destacou que a matéria é justa por compensar comunidades em que foram construí-



Compensação financeira poderá ser de 5% sobre faturamento bruto das usinas, segundo o projeto

das usinas.

– Nada mais justo que essas comunidades sejam compensadas por ter sido imposta a elas a construção de um complexo nu-

clear, que é do interesse do país, mas causa estresse psicológico permanente para as pessoas que ali vivem – observou Delcídio.

A utilização da energia nuclear

como alternativa à hidrelétrica é segura, segundo Cabral. Ele acredita que o governo ampliará seu uso em razão do esgotamento das fontes hidrelétricas.

Sérgio Cabral: “Já é possível o uso seguro da energia nuclear”

Qual o principal objetivo do projeto?

A Constituição federal, no art. 20, § 1º, outorgou aos estados e aos municípios nos quais se realizasse exploração de petróleo, gás natural, recursos hídricos e minerais participação no resultado dessa atividade econômica. Tal participação justifica-se pelos danos ambientais causados, que precisam ser ressarcidos aos estados e municípios atingidos. No entanto, a Constituição deixou a exploração de energia nuclear fora do sistema de participação nos resultados econômicos. Isso precisa ser corrigido, uma vez que essa atividade, além de, como toda ativi-

dade energética, causar danos ambientais, gera também risco para a população que reside no local em que é realizada.

É importante lembrar ainda que a população de Angra dos Reis (RJ), onde se situam as usinas nucleares do Brasil, não foi consultada sobre a construção de um complexo nuclear naquele local.

O senhor declarou que considera seguro o uso da energia nuclear como alternativa à hidrelétrica. Por que, então, a indenização se justificaria também pelos riscos para a população?

A tecnologia hoje já permite o uso seguro da energia nuclear. Por outro lado, ocorreu o va-

zamento na usina Angra 1. Foi há muitos anos (reconhecido em 1997), mas não podemos esquecer que ocorreu. O uso hoje é seguro, mas a garantia dessa segurança impõe ônus – decorrentes da necessidade de redução de riscos e de prevenção de efeitos danosos à população em caso de acidente nuclear – ao estado, ao município onde se situam as usinas e aos municípios limítrofes. Algumas das medidas necessárias são: a manutenção de vias de escoamento, o treinamento de pessoal de defesa civil para orientação da população, hospitais bem aparelhados e especializados e investimentos em equipamentos especiais contra a radiação e sistemas de alarme e

comunicação. Não é justo que a União cause aos municípios e estados tais prejuízos, sem que seja dada a eles uma compensação financeira.

O senhor acredita que o uso da energia nuclear para geração de eletricidade vai aumentar?

Em razão do esgotamento das fontes hidrelétricas, os programas pretendem ampliar as usinas nucleares. Já há o projeto de construção da usina Angra 3, o que é mais um motivo para justificar a importância desse projeto de lei para o ressarcimento ao estado do Rio de Janeiro, ao município de Angra dos Reis – onde se localizam as usinas – e a três municípios limítrofes.



Cabral: a população de Angra dos Reis não foi consultada sobre usina

Pesquisa tem R\$ 3 bi contingenciados

O presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Ennio Candotti, considerou uma “atitude criminosa” o contingenciamento de recursos – cerca de R\$ 3 bilhões – destinados à ciência e à tecnologia no Orçamento da União de 2005.

A afirmação foi feita em audiência pública em que foram discutidos projetos de pesquisa fomentados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia por intermédio dos

fundos setoriais, promovida pela Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia da Comissão de Educação (CE), presidida pelo senador Flávio Arns (PT-PR).

O presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) do Ministério da Ciência e Tecnologia, Odilon Antônio Marcuzzo do Canto, e o diretor-geral da Sociedade Brasileira Pró-Inovação Tecnológica (Protec), Roberto Nicolsky, também defenderam mais investimentos no setor.

Faculdade não pode discriminar alunos

Instituições privadas de educação superior poderão ser proibidas de requerer informações de caráter econômico, aos candidatos ao ingresso em cursos oferecidos por elas, até o resultado final do processo de seleção. Parecer favorável a projeto (PLS 284/04) do então senador Duciomar Costa foi aprovado pela Comissão de Educação (CE). A proposta agora vai à Comissão de Constituição,

Justiça e Cidadania (CCJ), para decisão terminativa.

Outro projeto com parecer aprovado pela CE na semana passada foi o de autoria da ex-deputada Celcita Pinheiro (PLC 21/05), que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9.394/96) para incluir os pais como instituidores de escolas comunitárias, na forma de cooperativas.

EMIGRAÇÃO

Crivella acompanha viagem de volta de 318 brasileiros expulsos dos EUA



Crivella quer propor aos EUA a concessão de mais vistos de trabalho a brasileiros

O presidente da CPI Mista da Emigração Ilegal, senador Marcelo Crivella (PL-RJ), acompanhou a viagem de volta ao Brasil de um grupo de 318 brasileiros que estavam presos nos Estados Unidos por entrada irregular no país. À Agência Senado, por telefone, o senador relatou que, durante o voo, ouviu depoimentos “comoventes e dramáticos”.

Os brasileiros chegaram quarta-feira ao Aeroporto de Confins, em Belo Horizonte (MG), em dois voos fretados, vindos de San Antonio, Texas, pagos pelo governo norte-americano. A estimativa é a de que cerca de 25 mil brasileiros estejam presos nos Estados Uni-

dos por emigração ilegal.

Logo após o desembarque, os 318 brasileiros prestaram, como de praxe, depoimento à Polícia Federal. Em seguida, houve muita emoção no reencontro com familiares, parentes e amigos, que, desde as primeiras horas da manhã, aguardavam a chegada deles ao aeroporto.

Crivella aproveitou a reunião da CPI, na quinta-feira, para apresentar um relatório completo dessa terceira viagem aos Estados Unidos com o objetivo de repatriar brasileiros presos. Ele acrescentou que já trouxe para casa cerca de 2 mil pessoas nos últimos anos.



Deportados desembarcam no aeroporto de Belo Horizonte: existem 25 mil brasileiros presos por entrada ilegal nos EUA

O presidente da CPI defendeu novos acordos entre Brasil e EUA para aumentar o número de vistos para brasileiros que desejam trabalhar naquele país. Atualmente, informou, são concedidos apenas 6 mil vistos de trabalho por ano a brasileiros. Para a China, comparou, são até 60 mil.

A CPI decidiu, na quinta-feira, enviar representantes à Inglaterra para tratar das investigações sobre o assassinato do brasileiro Jean Charles Menezes pela polícia. A data da viagem ainda será marcada. Há milhares de brasileiros na Inglaterra sem documentos legalizados, disse Crivella.

DESARMAMENTO



TSE convoca os presidentes das frentes parlamentares contra o desarmamento, respectivamente Alberto Fraga e Renan (D)

Frentes participam de sorteio do referendo

Convocados pelo presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Carlos Velloso, os presidentes das frentes parlamentares a favor e contra o desarmamento participam nesta terça-feira, às 19h, do sorteio da ordem de colocação das opções "sim" e "não" na cédula e na urna eletrônica a serem utilizadas no referendo em que a população dirá se deseja ou não proibir o comércio de armas de fogo e munições no Brasil.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, coordena a Frente Parlamentar por um Brasil sem Armas. Já o deputado Alberto Fraga (PFL-DF) preside a Frente Parlamentar pelo Direito da Legítima Defesa.

O referendo ocorrerá no dia 23 de outubro. De acordo com o TSE, já foram designados, entre os ministros substitutos, três juizes auxiliares que ficarão responsáveis pela apreciação de eventuais processos relativos a essa consulta popular – José Augusto Delgado, José Gerardo

Grossi e Marcelo Henriques Ribeiro.

A Instrução Normativa 89 do TSE estabelece que as representações e reclamações contra o referendo poderão ser feitas por qualquer das frentes parlamentares ou pelo Ministério Público Eleitoral, devendo ser dirigidas ao tribunal, com o relato de fatos, provas, indícios e circunstâncias relativas ao referendo. Essas representações ou reclamações serão distribuídas entre os juizes auxiliares, observada a ordem de chegada.

Desde o dia 1º de agosto foi aberto o período legal para realização de comícios de mobilização da opinião pública para o referendo. A propaganda gratuita na televisão, porém, somente terá início no dia 23 de setembro e terminará em 20 de outubro, três dias antes da consulta. Renan Calheiros, autor do projeto de decreto legislativo convocando o referendo, participou do primeiro evento no dia 1º, em Campinas (SP).

DataFolha indica que 80% dos brasileiros vão votar no "sim"

Em Campinas (SP), onde participou do início da campanha do referendo, o senador Renan Calheiros comemorou o resultado de pesquisa do instituto DataFolha, segundo a qual 80% da população brasileira defendem a proibição da comercialização de armas de fogo e munições no país. A pesquisa foi realizada no dia 21 de julho.

Segundo o DataFolha, 17% dos brasileiros são contra a proibição da venda de armas e 3% ainda não chegaram a uma conclusão sobre o assunto. A pergunta feita pelo instituto foi a mesma que constará no referendo de 23 de outubro: "O comércio de armas de fogo e munições deve ser proibido no Brasil?" Foram ouvidas 2.110 pessoas em 134 municípios. A margem de erro é de dois pontos percentuais.

O Nordeste é a região brasileira onde as pessoas mais desejam o fim da venda de armas de fogo: 84%. O resultado surpreendeu positivamente o presidente do Senado, que confessou acreditar

que os nordestinos ofereceriam resistência maior ao desarmamento. Por outro lado, na região Sul esse índice caiu para 71%, o menor entre as regiões. As mulheres (89%) defenderam mais o desarmamento do que os homens (75%).

O Brasil não pode continuar humilhado pela imagem de ser o campeão mundial em homicídios praticados com armas de fogo – afirmou Renan no comício de Campinas.

Ao enfatizar que é preciso reduzir a violência no país, Renan reconheceu que o desarmamento não acabará com todos os tipos de crime. No entanto, acrescentou, diminuirá os homicídios imotivados e por motivo fútil, como os gerados a partir de discussões no trânsito, em bares ou em partidas de futebol.

Em encontro com Renan Calheiros, na quinta-feira, o presidente do Conselho de Administração da Varig, David Zylberstajn, anunciou o apoio da empresa à campanha pelo desarmamento.

COMISSÕES

Senado aprova fim do dízimo partidário

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou projeto de lei do senador José Jorge (PFL-PE) que veda aos partidos políticos cobrar contribuição obrigatória dos filiados ocupantes de cargos de qualquer natureza na administração pública (PLS 384/03).

Relatado pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR), o projeto teve decisão terminativa na CCJ e segue ao exame da Câmara dos Deputados, caso não haja recurso para votação no Plenário do Senado. Para vedar a cobrança, a proposta acrescenta parágrafo ao artigo 31 da Lei Orgânica dos Partidos Políticos.

José Jorge explica que a prática de cobrança de contribuição, com a intenção de aumentar as finanças partidárias, constitui verdadeiro abuso por parte do partido, que nomeia servidores não por critérios técnicos, mas,

sim, políticos.

– A cobrança obrigatória de percentual do salário dos funcionários públicos nomeados pelo governo é um absurdo. Além de misturar Estado e partido, a cobrança obrigatória incentiva a nomeação somente de militantes partidários, que acabam tendo seus salários reduzidos – afirmou.

A proposta foi aprovada com emenda do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), estabelecendo que "os partidos, em seus estatutos, podem estabelecer limitações à participação nas suas instâncias decisórias dos filiados que optem por não fazer contribuições pecuniárias", importante, segundo ele, para evitar que filiados que não contribuem possam votar e



José Jorge, autor do projeto: fim para o absurdo de misturar "Estado e partido"

ser votados.

Na mesma reunião, a CCJ aprovou projeto (PLS 76/03) do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) que proíbe a compra de votos, nas eleições, "desde a escolha do candidato na convenção partidária" e não mais "a partir do registro da candidatura", como estabelece a legislação eleitoral (Lei 9.504/97).

Quanto cobra cada um



As contribuições cobradas pelas legendas com representação no Senado do filiado que exerce cargo de indicação partidária na administração pública

- PT**
 - 10% dos que ganham acima de 20 salários mínimos
 - 8% entre 15 e 20 salários mínimos
 - 5% entre 10 e 15 salários mínimos
 - 3% entre 6 e 10 salários mínimos
 - 2% até 6 salários mínimos
- Cobrados por débito em conta corrente ou em consignação à Secretaria de Finanças correspondente, mediante autorização escrita.**
- PMDB/PP/PSDB**
 - 3% dos vencimentos

- O PSDB admite desconto em folha e débito em conta corrente.**
- PFL**
 - Contribuição não obrigatória.
- PDT**
 - 10% acima de 15 salários mínimos
 - 5% para menos de 15 salários
- PL**
 - 5% a 10% dos rendimentos
- PTB**
 - 5% do vencimento líquido. Cargos de indicação política, inclusive nos gabinetes, devem ser obrigatoriamente

- mente preenchidos por filiados.
- PSB**
 - 10% sobre rendimento bruto do secretário estadual ou municipal, ou dos membros de 1º ou 2º escalão e de assessoria parlamentar, menos para quem recebe até um salário
 - 10% sobre rendimento líquido de cargos nos escalões inferiores
- PSOL**
 - Definição cabe aos diretórios

Fonte: Estatutos dos partidos

Maior eficácia contra crimes de racismo

Projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) que define os crimes resultantes de discriminação e preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem (PLS 309/04) teve parecer favorável aprovado pela CCJ. O projeto segue para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), onde receberá decisão terminativa.

O relator do projeto, senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) considera que a proposta do senador gaúcho preenche lacunas deixadas pela legislação em vigor (Lei 7.716/89), que não garante o enquadramento de condutas com explícita conotação racista.

Conforme salientou Tourinho, a proposta de Paim estabelece seis ações – "negar, impedir, interromper, restringir, constringer ou dificultar, por motivo de preconceito racial, religioso, étnico ou de origem" – a partir das quais será possível determinar a existência de restrição ao gozo ou exercício de direito assegurado a outra pessoa.

Projeto dá ao Cade poder de intervir em bancos

De acordo com decisão da CCJ, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) poderá ter poderes ampliados para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no sistema financeiro nacional. A comissão aprovou projeto de lei complementar (PLS 412/03) do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) que acrescenta o artigo 45-A à Lei 4.595/64 para delegar o poder ao Cade. Atualmente, pelo artigo 45, as instituições financeiras públicas

não federais e as privadas estão sujeitas à intervenção somente do Banco Central (BC) ou à liquidação extrajudicial. Segundo Antonio Carlos, seu projeto não se coloca contra o Banco Central e a favor do Cade.

– O projeto apenas cuida de dar maior efetividade à defesa da concorrência no sistema financeiro. Acredito mesmo que, ao retirar atribuições estranhas ao exercício do poder de autoridade monetária, o projeto

contribuirá para ajustar o Banco Central à introdução do novo modelo institucional que prevê a sua autonomia operacional – explicou o senador.

Pela proposta, a competência privativa do BC de conceder autorização às instituições financeiras para serem transformadas, fundidas, incorporadas, ou terem o seu controle acionário alterado ou transferido será feita "respeitando o exercício da competência do Cade".

José Jorge (PFL-PE) foi o relator da matéria, que deverá ainda ser examinada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

A CCJ aprovou também proposta de emenda à Constituição do senador Pedro Simon (PMDB-RS) e outros parlamentares para permitir que o Senado e suas comissões convoquem, para prestar contas de suas atividades, todas as autoridades que têm sua indicação aprovada pelo Senado por voto secreto (PEC 58/04).

Para Antonio Carlos, proposta ajusta Banco Central à via da autonomia

COMISSÕES

Para agilizar agência, relator mantém texto da Câmara

A discussão sobre a criação da Anac foi atropelada pela crise política e pela necessidade de reestruturar o setor. Em vez de apresentar um substitutivo que enxugaria o texto enviado pelos deputados, o relator da proposta, senador Delcídio Amaral (PT-MS), preferiu buscar uma alternativa que evitasse o retorno do texto à Câmara, o que atrasaria a criação da nova agência.

As alterações pensadas pelo senador, que pretendia apresentar o substitutivo em junho, tinham o objetivo de limitar o texto à nova agência, sem tratar de problemas específicos de companhias em crise financeira. Ele chegou a declarar que o seu substitutivo não serviria para “salvar a Varig”.

Outra inovação do substitutivo inicial de Delcídio seria a previsão, em lei, do Conselho de Aviação Civil, como órgão

normativo da aviação civil. O conselho já existe, mas suas resoluções não são cumpridas pelo DAC, uma das principais queixas do setor. Além disso, o senador ia propor a transferência da sede da Anac para o Rio de Janeiro, onde já está consolidada a estrutura do DAC, como ocorreu com a criação da Agência Nacional do Petróleo (ANP). A mudança para Brasília seria um custo desnecessário aos cofres públicos.

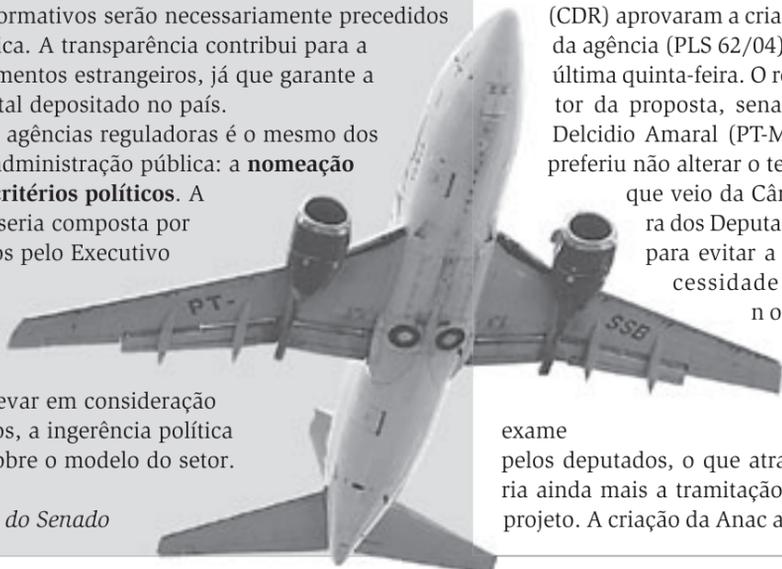
No parecer votado, Delcídio admite que a proposta da Câmara poderia sofrer modificações para “restringir o escopo da proposição exclusivamente à criação da Anac, suprimindo-se os dispositivos regulatórios ainda constantes do projeto”, e argumenta que “outros aperfeiçoamentos poderão ser feitos posteriormente” e “impropriedades mais graves, corrigidas por veto presidencial”.

Novo órgão dará mais transparência ao setor

A maior vantagem de um modelo de agência para a aviação civil é a **transparência**, uma vez que o DAC tem a prerrogativa de editar portarias e suspender práticas arbitrariamente. Na agência, os atos normativos serão necessariamente precedidos de audiência pública. A transparência contribui para a atração de investimentos estrangeiros, já que garante a segurança do capital depositado no país.

O maior risco das agências reguladoras é o mesmo dos outros órgãos da administração pública: a **nomeação de diretores por critérios políticos**. A diretoria da Anac seria composta por diretores nomeados pelo Executivo com o aval do Congresso, com mandato. Se os cargos forem distribuídos sem levar em consideração os critérios técnicos, a ingerência política pode prevalecer sobre o modelo do setor.

Fonte: Consultoria do Senado



Segundo Delcídio, a Anac permitirá mudanças nas regras e atrairá mais investimentos para o setor

Anac substituirá o DAC na aviação civil

Depois de tramitar no Senado por mais de um ano, a criação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), que vai substituir o Departamento de Aviação Civil (DAC) no controle do setor, deu o primeiro passo para sair do papel. As comissões de Infraestrutura (CI) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovaram a criação da agência (PLS 62/04) na última quinta-feira. O relator da proposta, senador Delcídio Amaral (PT-MS), preferiu não alterar o texto que veio da Câmara dos Deputados para evitar a necessidade de

precedente para uma reformulação no marco regulatório do setor de aviação, que sempre esteve ligado aos militares. Autarquia vinculada ao Ministério da Defesa, a Anac vai ser responsável pela outorga e renovação das concessões às empresas aéreas e pelo controle das tarifas. A Aeronáutica continua responsável pela segurança e prevenção de acidentes.

– A Anac é indispensável para a construção de um marco regulatório capaz de atrair investimentos e de proteger consumidores – observou Delcídio.

Depois de criada, a Anac será composta pelos quadros do DAC, que devem ser substituídos por funcionários civis no período de cinco anos. Os militares serão acomodados no Ministério da Defesa.

– A idéia é criar uma carreira da aviação civil no país – disse o relator.

Além disso, o senador ressaltou que a nova regulação do

setor vai permitir o aumento das rotas aéreas e das empresas que trabalham com vôos fretados, os *charters*, que praticam preços inferiores aos das grandes companhias.

A Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) vai continuar com a natureza atual, mas deve trabalhar em articulação com a Anac. Há especulações de que o governo pretende privatizar a Infraero, boatos que não foram confirmados por fontes oficiais.

Com o objetivo de agilizar a votação do projeto, os senadores querem levar o texto direto ao Plenário, sem precisar passar pelas comissões de Relações Exteriores e de Constituição e Justiça. O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) informou que isso seria viabilizado por um acordo de líderes. O parlamentar alertou ainda que o texto tem urgência para não prejudicar o setor, especialmente sobre questões técnicas.

Aprovada cota de 5% para índios em universidade pública

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou na última quinta-feira parecer favorável ao projeto de lei que reserva até 5% das vagas de universidades públicas para os índios, sem a exigência de vestibular. A proposta (PLS 135/00), do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), foi adotada na forma de substitutivo apresentado pelo senador Cristovam Buarque (PT-DF) e será encaminhada para análise da Comissão de Educação (CE).

Também recebeu parecer favorável projeto de lei de autoria do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) que assegura à mulher grávida o direito de pleitear ajuda financeira ao suposto pai, como forma de garantir uma gravidez saudável (PLS 62/04). A proposição será enviada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A CAS aprovou ainda parecer favorável ao projeto de lei da Câmara (PLC 42/05) que substitui a expressão “atendimento médico”, contida no *caput* do artigo 11 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), por “atendimento integral à saúde” (PLC 42/05). A matéria ainda deverá ser examinada pelo Plenário.

Foi aprovado também requerimento, apresentado pelos senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE) e Reginaldo Duarte (PSDB-CE), para que a comissão realize audiência pública com autoridades da área de saúde. O objetivo é subsidiar o exame de projeto de lei que cria o Serviço Social da Saúde (SES) e o Serviço Nacional de Aprendizagem da Saúde (Senas), conforme proposição de autoria do então senador Geraldo Althoff (PLS 131/01).

Comissão de Relações Exteriores aprova novos embaixadores em Luxemburgo e Bangladesh

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou parecer favorável às indicações dos novos embaixadores brasileiros em Luxemburgo e na República Popular de Bangladesh. O atual embaixador na Bélgica, Jerônimo Moscardo de Souza, foi indicado para acumular o cargo de embaixador em Luxemburgo; e o atual embaixador da Índia, José Vicente de Sá Pimentel, para acumular o cargo de embaixador em Bangladesh.

A CRE, presidida pelo senador Cristovam Buarque (PT-DF), aprovou também quatro requerimentos relativos aos atentados terroristas ocorridos no dia 7 de julho, em Londres. Dois deles, de autoria dos senadores José Jorge (PFL-PE) e Arthur Virgílio (PSDB-AM), foram de solidariedade ao governo e ao povo da Inglaterra, respectivamente,



Cristovam Buarque presidiu sessão da CRE que aprovou as novas indicações

pelos ataques.

Um outro requerimento, do senador João Batista Motta (PMDB-ES), foi de censura e “veemente repúdio” contra o “bárbaro ataque à população inglesa”. O quarto requerimento, do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), foi de pesar à família do

mineiro Jean Charles, morto pela polícia inglesa ao ser confundido com um dos terroristas envolvidos nos atentados terroristas.

Brasil e França fazem parceria na segurança

O Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Brasil e a França, em 1997, também foi aprovado na CRE. O documento prevê assistência mútua em questões que envolvem crime organizado, tráfico de drogas, imigração irregular, terrorismo e assuntos afins.

Pelo acordo, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do acordo, bem como quaisquer ajustes que acarretem encargos ou compromissos prejudiciais ao patrimônio nacional.

SAÚDE Patrícia Saboya quer viabilizar o afastamento de seis meses mediante incentivos fiscais a empresas

Projeto amplia licença-maternidade



A senadora Patrícia Saboya (sem partido-CE) deve apresentar esta semana projeto de lei oferecendo às empresas brasileiras a possibilidade de aderir ao sistema de concessão de seis meses corridos de licença-maternidade para suas funcionárias, obtendo em troca incentivos fiscais. O texto final está sendo elaborado pela Consultoria Legislativa do Senado, com base na proposta lançada no último dia 30, no Rio de Janeiro, pela Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) e pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Patrícia esteve presente ao lançamento da campanha pela adoção da medida, cujo slogan é "Licença-maternidade: seis meses é melhor" e tem como madrinha a atriz e apresentadora

de TV Maria Paula. Segundo a senadora, é importante que a mãe permaneça mais tempo em casa, não apenas para amamentar o filho por seis meses – período mínimo indicado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pelo próprio Ministério da Saúde –, mas para que possam se estabelecer os vínculos afetivos entre ela, o bebê e toda a família, apontados pelos médicos como essenciais para o pleno desenvolvimento do ser humano.

– Há uma certa incoerência, porque o próprio governo do Brasil estimula o aleitamento materno até os seis meses de idade do bebê, mas ao mesmo tempo a licença-maternidade que se dá é de quatro meses. Isso cria um conflito para as mulheres, que lhes tira o sossego. Você fica dividida entre a necessidade de amamentar o seu filho até os seis meses de idade e a de retornar ao

trabalho, com medo de perder o emprego – argumenta a senadora.

O presidente da SBP, Dioclécio Campos Júnior, que participou, em Brasília, de um debate sobre o assunto na TV Senado, lembra que não existem mais dúvidas da ciência sobre a importância do reforço dessa ligação carinhosa nos primeiros meses de

vida para a saúde da pessoa, tanto do ponto de vista físico quanto emocional.

Renúncia fiscal seria de R\$ 500 milhões

Pelo projeto, as mães empregadas nas empresas que aderirem à futura lei poderão gozar de seis meses ininterruptos de licença-maternidade remunerada, desde que não tenham qualquer outra ocupação profissional ou coloquem os recém-nascidos em creches.

– Afinal, o objetivo da proposta é permitir esta convivência entre mãe e filho – justificou a senadora Patrícia Saboya.

Pelos números preliminares da Consultoria Legislativa do Senado, se todas as empresas aderissem e desfrutassem dos incentivos previstos no projeto, o governo federal teria de promover uma renúncia fiscal de aproximadamente R\$ 500 milhões, quantia que nem a senadora nem o presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria consideram relevante.

Patrícia Saboya observa, em defesa do projeto, que, atrás dos números de eventual renúncia fiscal existem pessoas que vão ser beneficiadas diretamente.

– Antes das cifras, vêm as nossas crianças. Jamais o Brasil será um país justo e livre enquanto não der prioridade absoluta às crianças. Estaremos dando a elas uma oportunidade de vida muito melhor.



Estreiam a campanha pelos seis meses a atriz Maria Paula (E), com a filha Maria Luiza, e Flávia Ramos, com o filho Ronald



Patrícia Saboya deve apresentar sua proposta ao Plenário esta semana

Benefício é garantido na maioria dos países

A maioria dos países assegura, de variadas formas, proteção à maternidade em sua legislação, revela um estudo elaborado pela Wasa – World Alliance for Breastfeeding Action (Aliança Mundial em Prol do Aleitamento Materno). Enquanto a imensa maioria dispõe de leis específicas, outros não, como a Suíça. Nesses casos, porém, os direitos das mães e das gestantes são garantidos nas legislações trabalhistas e de seguridade social, no Código Civil e em outros instrumentos.

Da mesma forma, a maior parte das nações prevê licença-maternidade remunerada, mas

sua extensão e condições variam imensamente. Ausências ao trabalho sem prejuízo dos proventos podem ser tão curtas como de oito semanas, e exclusivamente para as mães – caso do Líbano e Moçambique –, ou abrangentes a ponto de contemplar os pais por seis meses, como na Suécia.

Não é de se estranhar que muitos países da Ásia e do Oriente Médio ocupem os degraus mais baixos nessa escala, oferecendo de modo geral menos de 12 semanas de licença-maternidade remunerada. Entre os latino-americanos, a média fica acima de três meses. Na África, ainda

que a maior parte permita menos de 12 semanas, muitas nações já garantem até 14.

Os europeus, todavia, são os que oferecem as maiores licenças, que ultrapassam, muitas vezes, 16 semanas. Na maior potência econômica, os Estados Unidos, as licenças, quando concedidas, são de apenas 12 semanas e, mesmo assim, custeadas exclusivamente pelos empregadores. Caso único entre os países industrializados, na Austrália não existe licença-maternidade remunerada. A ausência é permitida por até seis meses, porém sem direito a salário.

A situação no mundo

África

De 53 países, apenas três concedem mais que 15 semanas de licença-maternidade. No Sudão, a licença normal é de seis meses, podendo chegar a um ano, com pagamento do salário-base, para mães que amamentem. O custo é dividido entre a previdência social e o empregador. África do Sul e Congo concedem 16 e 15 semanas, respectivamente, sendo que no segundo caso o ônus é exclusivo da empresa. Na maioria dos demais países, a licença é de 14 semanas.

América

O Brasil e outros quatro países (Canadá, Chile, Cuba e Venezuela), em um universo de 33 nações, estabelecem licença-maternidade de 17 semanas ou mais, sendo que apenas no caso brasileiro o custeio do afastamento do trabalho é dividido entre Estado e empresa. Nos outros, cabe à previdência social bancar a ausência da trabalhadora. A grande maioria das nações americanas, porém, adota licença de três meses.

Ásia

Na maior parte dos 45 países do continente, as mães podem ficar, no máximo, até 12 semanas ausentes do trabalho. Emirados Árabes Unidos e Cazaquistão concedem licença-maternidade de seis meses. Na Síria, um caso único de legislação – a licença vai diminuindo à medida que a mulher vai tendo mais filhos: 120 dias para o primeiro, 90 para o segundo e 75 para o terceiro e sucessivos.

Europa

Em 48 nações, a grande maioria adota licença-maternidade igual ou superior a 16 semanas, sendo que dez países permitem ausências ao trabalho superiores a 26 semanas, variando muito a fórmula e o tipo de financiamento. Vários, inclusive, conjugam a licença da mãe com a do pai.

Fonte: Relatório 2004 da Wasa – World Alliance for Breastfeeding Action (Aliança Mundial em Prol do Aleitamento Materno) e Almanaque Abril

Custos para as empresas são baixos

Lançado em março pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), o livro *Questionando um Mito: Custos do Trabalho de Homens e Mulheres* apresenta os resultados de uma pesquisa realizada pela entidade em cinco países da América Latina, entre eles o Brasil. A conclusão desmascara a retórica de muitos patrões de que empregar mulheres é mais oneroso, em consequência dos custos indiretos associados à contratação, como os oriundos de dispositivos legais de proteção à maternidade e ao cuidado infantil.

Dados do estudo evidenciam que, para o empregador, os custos associados a esses direitos são muito reduzidos – em média, menos de 2% da remuneração bruta mensal das mulheres –, basicamente porque os benefícios médicos e financeiros são pagos pela seguridade social

(casos do Brasil, Argentina, México e Uruguai) ou por fundos públicos (como no Chile).

Além disso, as contribuições das empresas relativas à maternidade para os sistemas de seguridade social não se relacionam ao número nem à idade de mulheres empregadas. Esse financiamento busca garantir um valor fundamental: a proteção às mulheres com relação a uma possível discriminação relacionada à maternidade, consagrada tanto nas legislações dos cinco países analisados como em convenções da OIT.

– Esse tipo de formação é cada vez mais necessário para que se possa avançar a discussão sobre a forma de enfrentar os custos da reprodução social e a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no trabalho – avalia a especialista da OIT Laís Abramo, que coordenou o trabalho.

Dados derrubam o argumento de que empregar mulheres é mais oneroso

Desemprego é grande entre mulheres

O Brasil fica em segundo lugar nos rankings mundiais de remuneração mensal e de benefício total de licença-maternidade, perdendo para a Noruega (que mantém 100% dos rendimentos, mas por um prazo de 42 semanas). O prazo de 120 dias de licença coloca o Brasil em nono lugar neste quesito.¹

Apesar da qualidade da licença-maternidade no país, menos mulheres têm tido a oportunidade de obter o benefício. Apenas 3% das assalariadas do setor privado entram, por ano, em descanso remunerado por causa

do nascimento de filhos.²

O desemprego entre mulheres da região metropolitana de São Paulo atingiu seu maior patamar desde 1985, em 22,3% da população economicamente ativa. O mesmo estudo também identificou que o rendimento médio dos homens é 29,2% superior ao das mulheres.³

Fontes: (1) Mercer Human Resource Consulting; (2) *Questionando um Mito: Custo do Trabalho de Homens e Mulheres*, da Organização Internacional do Trabalho (OIT); e (3) Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade-SP).

DESBUROCRATIZAÇÃO Estudo comprova: Brasil é um dos piores países para quem quer rapidamente abrir um negócio



Jefferson Péres diz que a "hiperburocratização inferniza a vida dos empreendedores do país"



Suassuna sugere criação de uma secretaria contra a burocratização para dar tratamento diário ao problema



Valmir Amaral cobra regulamentação pelo governo do projeto que institui o documento civil único

Abrir empresa demora cinco meses



O cidadão brasileiro leva 152 dias para abrir uma empresa. Para iniciar uma sociedade limitada, ele deve realizar um total de 17 procedimentos, desde a checagem do nome da companhia, passando pelos registros nas juntas comerciais, até a obtenção do alvará de funcionamento, e gastar US\$ 274,05 com taxas e impostos. Esse é o resultado de um estudo realizado pelo consultor legislativo do Senado Alexandre Guimarães, com base em dados do Banco Mundial e da instituição suíça Baker & McKenzie International.

O estudo mostra que o Brasil ocupa a quinta pior colocação, entre os 144 países analisados, ficando à frente apenas de Moçambique, Laos, Haiti e Congo. Entre os 23 países das Américas, o Brasil é o penúltimo. Apenas no Haiti (país que enfrenta uma guerra civil), o cidadão leva mais tempo para abrir uma empresa, necessitando de 203 dias. A média de dias gastos no Brasil é maior que nos outros países do Mercosul – na Argentina, gastam-se

apenas 32 dias; no Uruguai, 45; e no Paraguai, 74.

O Chile é a nação latino-americana onde os procedimentos são menos numerosos e mais ágeis (em 27 dias, cumprem-se os nove passos necessários à abertura de uma sociedade anônima). Argentina (32 dias) e Colômbia (43 dias) vêm logo depois.

Alexandre Guimarães vê dois problemas principais na abertura de empresas no Brasil: os registros para pagamentos de impostos – que exigem 25 dias – e a obtenção de licenças junto aos órgãos de saúde pública, meio ambiente e segurança pública, procedimentos que demandam 120 dias do empresário.

Por que abrir uma empresa no Chile, na Argentina e na Colômbia é tão mais ágil? Os três países sul-americanos optaram por centralizar a coleta de impostos em um único órgão. Na Argentina, uma empresa pode ser aberta em até sete dias. Na Colômbia, em apenas três. No Chile, o empresário obtém o registro tributário da empresa em 24 horas. Já o empresário brasileiro perde quatro meses até que consiga todas as licenças para funcionamento do negócio.

Alexandre Guimarães sugere como medidas para a desburocratização a criação de centros de atenção empresarial, como na Colômbia, em todas as grandes cidades do Brasil. Nesses centros, o cidadão poderá realizar a

maior parte dos procedimentos necessários à criação da empresa, poupando tempo. Para reduzir o tempo gasto na obtenção de licenças, ele propõe a criação de um órgão com servidores do corpo de bombeiros, saúde pública e

polícia, que teria prazo máximo de 15 dias para concessão das licenças. Por último, ele recomenda a criação de um registro tributário único que serviria para pagamento de tributos federais, estaduais e municipais.

PROCEDIMENTOS PARA ABERTURA DE EMPRESA		
Forma: Sociedade Limitada (Ltda) ¹ (não há exigência de capital mínimo)		
	Duração (dias)	Custo (US\$)
1. Checagem do nome da companhia	1	2,55
2. Pagamento das taxas de registro	1	-
3. Registro na Junta Comercial e obtenção do Número de Inscrição no Registro do Comércio (Nirc)	8	16,72
4. Registro para imposto federal na SRF/MF e obtenção do CNPJ e do registro no INSS	10	0,00
5. Registro para impostos estaduais na Secretaria de Fazenda Estadual ²	10	0,00
6. Obtenção de autorização para imprimir faturas/recibos do estado na Secretaria de Fazenda estadual	1	0,00
7. Registro junto ao município (Secretaria de Finanças Municipal) *	5	0,00
8. Pagamento da taxa de fiscalização do estabelecimento *	1	84,93
9. Obtenção da autorização para imprimir faturas/recibos da autoridade fiscal municipal	1	0,00
10. Pedido de impressão de notas fiscais junto a gráficas autorizadas	3	169,85
11. Obtenção de licenças junto aos órgãos de saúde pública, de saneamento, de meio ambiente, além de Polícia e Corpo de Bombeiros ³	120	0,00
12. Inspeção dos órgãos públicos *	-	0,00
13. Pedido de alvará de funcionamento *	-	0,00
14. Abertura de conta de FGTS na Caixa ⁴	1	0,00
15. Registro dos empregados junto ao PIS *	1	0,00
16. Notificação da contratação de empregados ao Ministério do Trabalho *	1	0,00
17. Registro junto aos sindicatos de patrões e de empregados *	1	0,00
TOTAIS	152	274,05

¹ O estudo considerou como base os procedimentos feitos na cidade de São Paulo. ² Os procedimentos 5, 7 e 8 são simultâneos. ³ A contagem do tempo deste procedimento inclui também os procedimentos 12 e 13. ⁴ Os procedimentos de 13 a 17 são simultâneos. * Indica procedimentos simultâneos. Fonte: Consultoria Legislativa

Senadores sugerem medidas para desburocratizar o Brasil

O excesso de burocracia existente no país já foi alvo de críticas de muitos senadores, entre eles o presidente do Senado, Renan Calheiros, que condena a necessidade de o brasileiro precisar de números diferentes para os registros civil, de contribuição previdenciária ou de habilitação para dirigir automóveis. Ele defende a implantação de um cadastro único, como ocorre nos Estados Unidos, país em que o documento de Seguro Social – equivalente ao Cadastro de Pessoa Física (CPF) brasileiro – e o documento de habilitação contêm todas as informações do cidadão. Renan deve criar ainda este ano a Comissão Especial de Desburocratização, para analisar os problemas e propor soluções para reduzir a burocracia.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) é autor da Lei 9.454, sancionada em 1997, que instituiu o número único de registro de identidade civil – jamais implantado por falta de regulamentação por parte do Poder Executivo.

– O cidadão hoje é obrigado a dirigir-se às mais variadas repartições para providenciar uma penca de documentos e a memorizar vários números, códigos

e senhas para desempenhar suas atividades cotidianas – ressalta o senador Valmir Amaral (PP-DF).

Burocracia leva à morosidade e incentiva a corrupção

Os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB), Jefferson Péres (PDT-AM), Edison Lobão (PFL-MA) e Pedro Simon também já utilizaram a tribuna para criticar o excesso de burocracia, que, segundo eles, impede a expansão econômica do Brasil.

Suassuna sugeriu a criação de uma secretaria especial para combater a burocracia, “um problema recorrente que deve ser constantemente tratado”. O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) concordou com Suassuna e acrescentou que a burocracia induz à corrupção.

– Porque as coisas não andam, vem o pagamento de propina para o desenrolar das ações. O país precisa de velocidade e dinamismo.

Para Jefferson Péres, a hiperburocratização do país “inferniza a vida dos empreendedores, inibe investimentos e desestimula a criação de oportunidades de trabalho e emprego”.

Via crucis inclui muitos gastos e visitas a vários órgãos públicos

O analista de comércio exterior André Luís Mota é um exemplo de cidadão que enfrentou todos os 17 procedimentos para constituir uma empresa. Em 2001, ele decidiu montar o próprio negócio: uma empresa de assessoria de comércio exterior. A idéia era auxiliar companhias de importação e exportação. Segundo ele,

a burocracia excessiva atrapalha qualquer pessoa que tenha interesse em montar um negócio próprio, constituído legalmente. – Os processos são muito lentos e muito numerosos. Não é fácil pensar que você deve perder cinco meses para montar a empresa, antes de começar a produzir.

As dificuldades começam com a obtenção do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), obrigatório para a constituição de empresas, uma vez que armazena todas as informações cadastrais de pessoas jurídicas. Antes de obter o CNPJ, André Luís teve que alugar um local. De posse do contrato de locação, precisou contratar um contador, responsável pela contabilidade da empresa.

– O contador foi uma forma que encontrei para facilitar a minha vida. Ele foi à Secretaria da Receita Federal para conseguir todos os formulários necessários para conseguir o CNPJ. Os empresários geralmente não têm muito tempo para ficar indo repetidas vezes à Receita – disse o analista.

Depois, foi à Receita estadual para conseguir a inscrição da empresa, sem a qual não poderia imprimir as notas fiscais.

– Com todos esses procedimentos, passam-se mais de cinco meses até que a empresa possa operar. Isso desestimula muitos empresários a constituir suas empresas e acaba por levá-los à informalidade – explicou.

Pelo levantamento do consultor Alexandre Guimarães, o gasto médio de um cidadão que decide constituir uma empresa é de US\$ 274,05. André Luís Mota lembra que deve ter investido mais do que isso, se levar em conta as despesas com o contador, combustível e outros gastos que não entram na conta de tributos do governo.

Empresário contratou um contador para conseguir os documentos

PLENÁRIO

Suplicy aprova críticas de americano aos juros

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) destacou trechos da análise do norte-americano Joseph Stiglitz sobre a política econômica brasileira. Ao participar do seminário "Desenvolvimento Econômico com Equidade Social", no Rio de Janeiro, o Prêmio Nobel de Economia de 2001 teria afirmado que a política de juros altos impede a geração de empregos.

Em vez de concentrar esforços no combate à inflação, o governo deveria, para Stiglitz, se empenhar em uma política de crescimento econômico voltada para a erradicação da fome

e da pobreza. Seria preciso, acrescentou, reduzir os juros de 19,75%, entrave à expansão do mercado de trabalho, e priorizar os programas de assistência à criança e aos jovens.

As altas taxas de crescimento do produto interno bruto (PIB) também teria sido avaliada como insignificante por Stiglitz se não representar melhoria no padrão de vida da população. Suplicy disse ter afinidade com as opiniões do norte-americano e lembrou já ter solicitado a presença de diretores do Banco Central no Senado para debater a política econômica.

Mão Santa cobra medidas para o desenvolvimento

Da tribuna, o senador Mão Santa (PMDB-PI) leu notícia informando que, na América Latina, só o Haiti e El Salvador vão crescer menos que o Brasil, conforme previsão da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal). O senador destacou ainda declarações

Brasil. Haiti e El Salvador, dois países pequenos e com problemas muito sérios. Países com problemas de instabilidade política e até guerra civil – afirmou.

Segundo a Cepal, só Haiti e El Salvador crescerão menos que o Brasil

do economista Joseph Stiglitz, Prêmio Nobel de Economia, para quem o Brasil está errando por manter juros altos com a finalidade de segurar a inflação.

– Presidente Lula, acorda. Até o Haiti vai crescer mais que o

Mão Santa destacou que, ainda de acordo com a Cepal, o crescimento médio da América Latina e do Caribe será de 4,3% neste ano, enquanto a economia brasileira deve aumentar 3%. “A Argentina vai crescer quase 10% neste ano. A gente ganha deles no futebol, mas leva de goleada em crescimento”, acrescentou.

Motta propõe retomar cobrança de impostos sobre exportação

O senador João Batista Motta (PMDB-ES) defendeu proposta de emenda à Constituição (PEC) de sua autoria que visa retomar – pela metade – a cobrança de impostos sobre determinados produtos destinados à exporta-

ção, atualmente isentos devido à Lei Kandir. A PEC se refere “a produtos primários de origem extrativista, mineral e vegetal, que não se destinam a consumo humano ou animal, e que sejam riquezas não-renováveis”, como minério, ouro e outros.

Um dos objetivos da PEC, explicou o senador, é reduzir a exportação de produtos *in natura* para privilegiar mercadorias com maior valor agregado. Como exemplo, citou os 218 milhões de toneladas de minério de ferro exportadas ano passado, ao preço de US\$ 4,7 bilhões. Em contraste, os laminados planos renderam US\$ 2 bilhões, com um volume muito menor (3,4 milhões de toneladas).

Pavan apóia governadores e defende o fim da Lei Kandir

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) cobrou do governo federal a criação de um fundo de compensação para estados e municípios por perdas causadas pela isenção da cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) das exportações. Pavan afirmou que estados e municípios estão “à beira da bancarrota fiscal” devido às perdas na arrecadação causadas por essa medida adota-

da pelo governo federal, com a aprovação da chamada Lei Kandir, como forma de desonerar as exportações.

A Lei Kandir, de 1996, retirou o ICMS oriundo das exportações da composição do percentual de recursos tributários destinados a estados e municípios. Os governadores, afirmou Pavan, querem agora revogar a lei, que estão considerando inconstitucional por prejudicar a Federação.

César Borges vê sério risco para a economia

O senador César Borges (PFL-BA) disse, da tribuna, que “infelizmente” tem de concordar com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que advertiu para a fragilidade da economia brasileira, apesar de “contestado no mesmo dia” pelo presidente do Banco Central, Henrique Meirelles.

– A política econômica do PT é a mesma do governo passado. A dívida pública não está sob controle e, se os juros caírem, os investidores estrangeiros fugirão do Brasil – afirmou.

O senador disse que torce para que a crise política não contamine a economia e manifestou seu temor pelo país se isso acontecer.

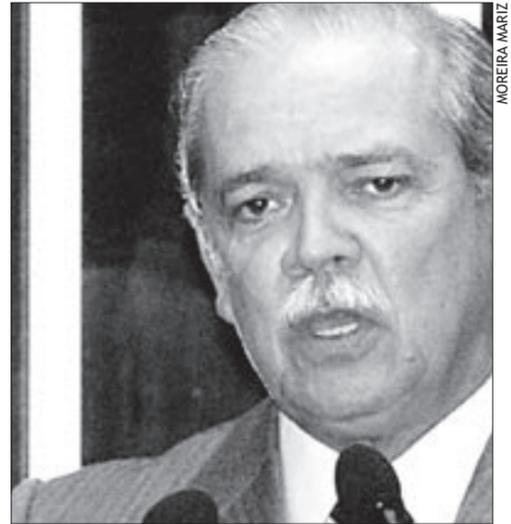
Para Borges, “não dá para acreditar” que o presidente Lula, que sempre teve influência direta no PT, tenha tomado conhecimento do “esquema Valério-Delúbio” somente dois anos depois de colo-

cado em prática.

– Afinal, quem colocou Delúbio lá na tesouraria do PT foi o próprio Lula – observou.

O senador sustentou que o presidente Lula não reconhece que o Brasil esteja enfrentando uma crise política, a ponto de ter dito a jornalistas, depois de questionado se seu governo poderia sofrer abalos, que isso “depende da imprensa”.

– Ora, o PT sempre se utilizou da imprensa para fazer sua pregação e destruir reputações. Agora, o próprio PT, por seu presidente da República, diz que tudo seria uma crise cau-



Para César Borges, PT mostra que só usou a democracia para chegar ao poder

sada pela imprensa. Esta é uma prova de que o PT nunca foi democrático; apenas se utilizou da democracia para chegar ao poder – acusou César Borges.

José Jorge denuncia o governo

O senador José Jorge (PFL-PE) comunicou que encaminhará à Comissão de Ética Pública do governo federal uma representação contra o Ministério do Planejamento, sob a alegação de que aquela pasta, infringindo a lei orçamentária, teria liberado emendas com base em critério político, para interferir diretamente no voto parlamentar.

A denúncia baseia-se em levantamento realizado pela assessoria de orçamento do PFL, segundo o qual os parlamentares que não assinaram ou retiraram suas assinaturas de requerimentos de criação de comissões parlamentares de

inquérito tiveram quatro vezes mais empenhos de emendas emitidos do que os que defenderam a investigação.

Citando reportagem do jornal *Valor Econômico*, José Jorge informou que até mesmo os deputados e senadores do PT foram tratados de forma diferenciada na liberação das suas emendas. Ele disse que os petistas que atenderam aos apelos do governo para não assinar as listas solicitando a criação de CPIs tiveram empenhos emitidos de R\$ 62 mil, em média, em junho. A média dos demais foi de R\$ 34 mil no mesmo período.

– Essa prática de privilegiar

parlamentares aliados não só contraria a ética pública, mas principalmente é ilegal, pois viola o artigo 75 da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2005, que diz textualmente: “A execução da lei orçamentária e seus créditos adicionais obedecerá ao princípio constitucional da impessoalidade na administração pública, não podendo ser utilizada para influir na apreciação de proposições legislativas em tramitação no Congresso” – citou José Jorge.

Em aparte, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) defendeu o orçamento impositivo, mesmo que só para as emendas parlamentares.

Arthur Virgílio quer mudar nome da Zona Franca

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) pediu apoio à proposta de emenda à Constituição (PEC) que altera o nome da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira. A PEC 59/04, de sua autoria, está incluída na pauta de votações.

– Nessa nova fase, não cabe mais a visão preconceituosa e

errônea de que o parque industrial de Manaus seria apenas uma indústria de montagem. A realidade é outra, demonstrada pelos mencionados dados de faturamento, exportações, emprego e agregação de valor local – afirmou Arthur Virgílio.

Segundo o senador, com a liberalização e globalização da economia mundial e a conse-

qüente abertura do mercado brasileiro às importações a partir de 1991, o modelo da Zona Franca foi reformulado. Ele explicou que a competição com os produtos importados fez com que a indústria de Manaus passasse por um processo de reconversão industrial, com redução de custos e aumento da qualidade e da produtividade.

HOMENAGEM - José Maranhão (PMDB-PB) registrou o falecimento, no dia 26, e apresentou requerimento de homenagem pelo Senado ao ex-governador da Paraíba e ex-deputado federal Pedro Moreno Gondim. Maranhão afirmou que Gondim “inaugurou um novo tempo na vida pública paraibana, caracterizado pela transparência na administração e pela participação popular nas decisões de governo”.

– Seu exemplo de vida pública e pessoal fica como referencial para gerações atuais e futuras.

JURISTA - Ana Júlia Carepa (PT-PA) prestou homenagem à memória do jurista paraense Egidio Machado Salles, falecido no último dia 27, aos 82 anos. Na avaliação da senadora, o advogado lutou “implacavelmente contra todas as formas de desrespeito aos direitos humanos e em defesa da democracia”. Como presidente da Ordem dos Advogados do Brasil no Pará, de 1968 a 1971, Egidio Salles se destacou defendendo presos políticos durante a ditadura militar.

JURACY - Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) apresentou moção de saudade à figura de Juracy Magalhães, a ser encaminhada à Bahia e aos familiares do ex-senador. ACM lembrou as diversas funções que Juracy Magalhães ocupou na administração pública (ministro de Estado, embaixador e presidente da Petrobras e da Vale do Rio Doce, entre outros). “Juracy teve uma vida dedicada à Bahia e ao Brasil e foi obstinado em sua luta como principal líder político do estado”, disse.



Motta quer privilegiar venda de produtos com maior valor agregado

PLENÁRIO

Bancada potiguar protesta contra ministra Dilma Rousseff

Os senadores do Rio Grande do Norte protestaram contra o que chamaram de “descortesia” da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, que cancelou encontro com eles para tratar da construção de uma refinaria de petróleo que era esperada no estado, mas deverá ser construída em Pernambuco.

– O Rio Grande do Norte tinha uma expectativa enorme de sediar a refinaria, uma vez que temos vantagens técnicas sobre os outros estados – disse o senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), ao explicar que a construção dessa refinaria era estudada há alguns anos e desejada por todos os estados nordestinos.

Fernando Bezerra (PTB-RN) classificou como uma injustiça a decisão de a refinaria não ser instalada no Rio Grande do Norte, que seria o segundo estado que mais produz petróleo do Brasil, e observou que o governo deve explicar as razões dessa deliberação. Ele também reclamou recursos para a construção de um aeroporto internacional e investimentos nas rodovias e ferrovias do estado.

José Agripino (PFL-RN) ressaltou que não aceitará que seu estado seja preterido sem compensações. Agripino queixou-se do fato de a ministra não ter recebido os senadores e deputados federais do Rio Grande do Norte, uma vez que a audiência, previamente marcada, foi cancelada de última hora. Dilma Rousseff teve encontro apenas com a governadora do estado, Wilma de Faria.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) disse que é “o fim do mundo” o fato de o governo voltar as costas para o povo do Rio Grande do Norte e para os deputados e senadores que o representam.

Nezinho sugere acordo entre Tocantins e Bahia

Ao discorrer sobre os litígios territoriais que existem entre alguns estados brasileiros, o senador Nezinho Alencar (PSB-TO) afirmou que há uma disputa entre Tocantins e Bahia por uma região “com enorme potencial de expansão econômica”. Segundo o parlamentar, a área em questão é grande produtora de algodão, soja, feijão, milho e sorgo. Ele defendeu em Plenário a elaboração de “um projeto efetivo de redivisão territorial entre esses dois estados”.

– Por ser uma região de agricultura já consolidada, ela possui importância vital para os interesses de ambos os estados. A Bahia defende que os limites sejam determinados pelas escarpas da Serra Geral, no sentido oeste-leste. Já os outros estados, incluindo o Tocantins, advogam a fixação de fronteiras com base no divisor de águas entre a bacia do rio Tocantins e a bacia do rio São Francisco – explicou.

Nezinho Alencar disse que os ex-governadores Siqueira Campos (TO) e César Borges (BA) tentaram, sem sucesso, obter um acordo para solucionar o conflito.

– É preciso chegar a um bom termo, de forma a aniquilar as possíveis perdas e potencializar os ganhos para a população da região. Gostaria de conclamar a bancada dos dois estados, tanto na Câmara como no Senado, para, juntas, buscarem um acordo que acabe imediatamente com esse conflito – declarou.

O senador afirmou que diversos limites geográficos estaduais ainda não estão claramente definidos, e que isso gera uma série de disputas que tramitam no Supremo Tribunal Federal (STF). Ele ressaltou que essa situação, “em pleno século 21, é espantosa”.



Nezinho diz que diversos estados disputam fronteiras na Justiça

– A imensa maioria dos contenciosos ocorre porque o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não levou em conta uma questão básica antes de traçar as divisas entre os estados, os limites naturais entre eles, que resultou em fronteiras esdrúxulas – afirmou o senador.

José Maranhão homenageia capital

Na homenagem aos 420 anos de João Pessoa, em 5 de agosto, o senador José Maranhão (PMDB-PB) lembrou que a cidade nasceu sem ter sido vila. Foi fundada pela Coroa portuguesa como forma de conter o avanço de outras potências européias sobre a costa do Nordeste brasileiro.

O parlamentar assinalou terem sido necessários 11 anos de lutas e muitos milhares de vidas – a maioria de indígenas – para a ocupação da região. A cidade nasceu como uma cidadela de resistência. É a terceira capital mais antiga do Brasil, depois de Salvador e do Rio de Janeiro, observou.

José Maranhão afirmou também que João Pessoa negou-se a apoiar o candidato Júlio Prestes, o que desencadeou a Revolução de 30. A decisão ocupa hoje a bandeira paraibana (“Nego”) e o então presidente do estado deu seu nome à antiga cidade da Paraíba.



José Maranhão

Maranhão citou ilustres paraibanos da cultura brasileira, como Augusto dos Anjos, que antecipou o Modernismo; José Américo de Almeida, “divisor do romance brasileiro”; José Lins do Rego, autor de *Fogo Morto* e *Menino de Engenho*; e o economista Celso Furtado, autor de *Formação Econômica do Brasil*.

O senador disse que os índices de pobreza continuam a ser o grande inimigo da Paraíba. Citou um programa de eletrificação rural que iniciou, quando governador, para “apagar o último candeeiro na zona rural”.

– Esse projeto, além de ser um indicador de conforto social para o nosso povo, produz verdadeiros prodígios na área econômica, porque está fazendo uma revolução na vida do agricultor, do trabalhador rural – ressaltou.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) também homenageou a capital da Paraíba.

– Nossa cidade não tem um semblante passivo, quase acomodado, das velhas matronas; mantém o vigor e a pujança típicos da juventude – elogiou o parlamentar.

Gilberto Gil vence última edição do Troféu Berzoini

O senador José Jorge (PFL-PE) anunciou em Plenário que o ministro da Cultura, Gilberto Gil, venceu a sétima e última edição do Troféu Berzoini de Crueldade, instituído pelo PFL para criticar o governo Lula.

O ministro recebeu 30.668 votos, pela Internet. O motivo da escolha, explicou José Jorge, foi o fato de Gilberto Gil ter gastado cerca de R\$ 9 milhões na decoração do seu gabinete, “enquanto as bibliotecas e museus do país foram ignorados”.

Capiberibe quer mudar incentivos de fundo constitucional

João Capiberibe (PSB-AP) defendeu projeto de sua autoria em que estabelece a destinação mínima de 50% dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) no desenvolvimento das atividades produtivas que utilizem espécies animais e vegetais pertencentes à biodiversidade amazônica, devendo o produtor assegurar a reprodutibilidade dos recursos de origem biológica da Amazônia utilizados no processo produtivo.

Paim faz apelo por negociação com os grevistas do INSS

Paulo Paim (PT-RS) apelou aos ministros do Trabalho, Luiz Marinho, e do Planejamento, Paulo Bernardo, para que o governo reabra a negociação com os funcionários do Instituto Nacional do Seguro Social em greve desde 2 de junho. O senador afirmou ter conversado com Paulo Bernardo, que teria se comprometido a retomar a negociação com os servidores.

– O movimento perde, os grevistas perdem e, principalmente, a população perde com a continuidade da greve – disse Paim.

Presidência



O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu na quinta-feira o presidente do Parlamento Europeu, o deputado espanhol Josep Borrel Fontelles, que vem defendendo a tese de que a Europa se volte mais para o Hemisfério Sul e priorize suas relações com a América Latina.

No encontro, Renan men-

cionou a contribuição européia à formação do povo brasileiro e ressaltou a importância da intensificação dos laços comerciais. Para o presidente do Senado, tanto os países da Europa quanto os da América do Sul só têm a ganhar com a aproximação.

Ao observar ser a Europa a principal parceira comercial do Brasil, Renan conside-

rou importante conhecer a experiência do Parlamento europeu como modelo para a criação do Parlamento do Mercosul. Por isso, ele pretende retribuir o mais brevemente possível a visita de Josep Borrel, que por sua vez elogiou a idéia de criação de um parlamento multinacional para os países sul-americanos.

Curtas

Italiano elogia demarcação de reserva indígena

Renan Calheiros recebeu do presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado italiano, Enrico Pianetta, um documento de agradecimento pela decisão de homologar a demarcação da área indígena Raposa Serra do Sol. Renan considerou a visita um reconhecimento pelo que o Brasil tem realizado na área de direitos humanos.

– Vim trazer meus agradecimentos ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao presidente Renan Calheiros, reconhecendo o empenho do governo e do Parlamento brasileiros para a solução de tão preocupante problema sofrido pelos índios – assinalou Pianetta.

TERRORISMO - Maguito Vilela (PMDB-GO) comentou o recente assassinato do brasileiro Jean Charles Azevedo, em Londres, para criticar a forma como os Estados Unidos e a Inglaterra estão lidando com o terrorismo e com o Terceiro Mundo. Para o senador, os dois países preferem gastar dinheiro em guerras do que em ajuda aos países pobres.

NEGOCIAÇÕES - Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu a aprovação do projeto de lei do Senado (PLS 189/03), de sua autoria, que estabelece objetivos e métodos para a participação do governo brasileiro em negociações internacionais. De acordo com o projeto, qualquer acordo só seria firmado após uma avaliação feita pelo Congresso Nacional.

AMERICANOS - Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) citou reportagem do *Correio Braziliense* do dia 31 de julho (“Os ianques estão voltando”), para defender que o embaixador dos Estados Unidos no Brasil seja convidado a participar de debate, no Senado, sobre a política daquele país de reforçar sua presença militar em áreas estratégicas da América Latina.

ESPECIAL

PLENÁRIO



Na abertura do evento, Efraim (D) anuncia que até o fim do ano todas as câmaras legislativas estarão interligadas

Interlegis promove encontro regional em Santa Catarina

O senador Efraim Morais (PFL-PB) destacou a importância do papel que vem sendo exercido pelo Interlegis na democratização da informação em todas as esferas do Legislativo no país. A declaração foi feita na abertura do 5º Seminário Regional Interlegis - Região Sul, na quinta-feira, em Florianópolis, que conta com a participação de parlamentares dos estados sulistas.

Comunidade virtual do Parlamento brasileiro, e constituído a partir de convênio entre o Senado e o Banco Interamericano

de Desenvolvimento (BID), o Interlegis, segundo Efraim, vai permitir que até o fim deste ano todas as câmaras legislativas possam acessar informações compartilhadas e discutir em rede os problemas do país. Na sessão de abertura, o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) considerou necessária “uma ação permanente de qualificação do homem público”.

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) e o diretor do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), Florian Madruga, também prestigiaram o evento.

Efraim destaca levantamento sobre a realidade do Legislativo brasileiro

Muitas câmaras de vereadores brasileiras funcionam em açougues, praças, estações de trem abandonadas e até em fazendas. A informação é do senador Efraim Morais e foi apresentada no 5º Seminário Regional Interlegis - Região Sul. Na oportunidade, Efraim solicitou a todos detentores de mandatos que recebam e auxiliem os recenseadores do Interlegis, que estão tentando fazer um mapeamento da realidade

do Parlamento brasileiro.

Na primeira parte do seminário, foi discutido o tema “A experiência do Interlegis nos municípios”. Falaram o secretário legislativo da Câmara Municipal de Canoinhas (SC), José Lacowicz; o representante da Assembléia Legislativa da Paraíba, George Henrique de Souza; e o coordenador do Espaço do Vereador da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, Amauri Perusso.

Maciel quer verba para ciência e tecnologia

O senador Marco Maciel (PFL-PE) lamentou o contingenciamento de recursos destinados aos fundos setoriais para o desenvolvimento das áreas de ciência e tecnologia. Em pronunciamento no Plenário, ele pediu que o Senado faça gestões junto ao governo federal para suspender o contingenciamento dos fundos relacionados à pesquisa científica.

– A instabilidade nessa área pode comprometer uma geração, traz efeitos sociais – alertou.

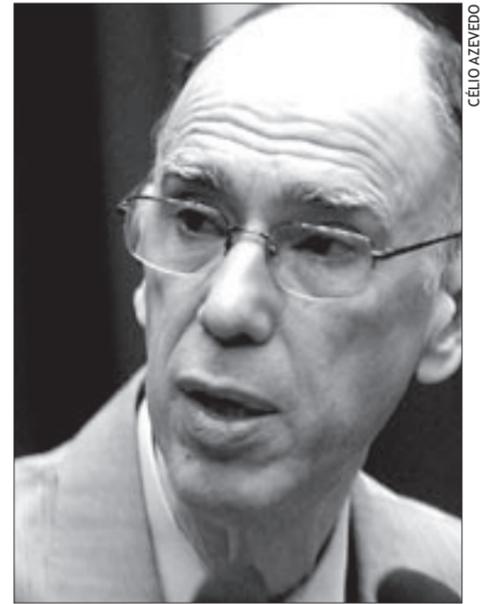
Maciel criticou a retenção das verbas pelo governo, para geração de superávit fiscal. Ele acredita que a área de ciência e tecnologia deveria ser protegida do corte de recursos, uma vez que representa o “núcleo mais sensível de crescimento sólido da economia e também é o setor mais importante para a melhoria das condições educacionais do nosso povo”.

Somente em 2004, informou o senador, os fundos deveriam ter recebido cerca de R\$ 1,5 bilhão, mas apenas R\$ 593 milhões,

pouco mais de um terço, chegaram aos pesquisadores. De acordo com Maciel, até hoje o Executivo já reteve cerca de R\$ 3 bilhões dos fundos de amparo à pesquisa. Ele também defendeu a criação de novos fundos de fomento à pesquisa científica.

A questão foi debatida na quarta-feira em audiência pública realizada pela Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia. Maciel destacou que os fundos setoriais foram criados no governo Fernando Henrique Cardoso e são uma “espécie de *royalty*” pago por quem explora atividades econômicas nas áreas para as quais os fundos se destinam.

Segundo o senador, hoje são 15 fundos, que promovem a integração da universidade e de



“A instabilidade nessa área pode comprometer uma geração”, diz Maciel

centros de ensino e pesquisa com o setor produtivo. Os órgãos são gerenciados por comitês e, na opinião de Maciel, estão “entre as mais importantes iniciativas para estimular o desenvolvimento científico do país”.

Quintanilha denuncia “cartel da carne”

Leomar Quintanilha (PMDB-TO) denunciou na sexta-feira o “cartel da carne” que estaria sendo montado, no Brasil, pelos frigoríficos Friboi, Minerva e outros quatro menores para impedir que os estados de Tocantins e Rondônia exportem carne bovina para a União Européia.

– Desde 2001, esses dois estados estão livres da febre aftosa. Estamos esperando pela iniciativa do Ministério da Agricultura de pedir a vinda de uma comissão de peritos da União Européia para verificar, *in loco*, a situação

dos rebanhos bovinos e das técnicas dos frigoríficos para abater os animais e embalar os cortes – afirmou.

Quintanilha explicou que a União Européia não reconhece a validade do certificado de “área livre de aftosa”, expedido pela Organização Mundial de Saúde Animal, que Tocantins e Rondônia já detêm, insistindo em realizar inspeção própria.

O senador pelo Tocantins disse que os grandes frigoríficos do cartel exportam, por altos preços, os cortes especiais da carne de

primeira, destinando ao mercado interno apenas a carne de segunda (“mascarada de primeira”), a preços baixos. Dessa forma, os demais frigoríficos não podem aumentar os preços de sua carne para não perder os consumidores locais.

Os pequenos produtores de carne de estados como Tocantins e Rondônia, que estão fora das negociações do cartel, são os que mais sofrem, segundo Quintanilha, por serem obrigados a aceitar preços insuficientes pelos seus produtos.

Projetos

Isenção para terrenos de marinha

Os terrenos de marinha, os templos de qualquer culto e as instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos poderão ser isentos do pagamento do foro e das taxas de ocupação. Esse é o teor de projeto (PLS 231/05) do senador Gerson Camata (PMDB-ES). Já o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) quer alterar as Leis 8.429/92 e 8.730/93, para obrigar a divulgação de informações sobre bens patrimoniais e sigilo bancário de servidores, autoridades e entidades envolvidos com recursos públicos (PLS 232/05). Para ele, a abertura “do sigilo bancário quando da posse ou entrada em exercício do servidor ou autoridade é um meio de inibir possíveis futuros desvios de conduta”.

Manutenção do número de telefone

Em mudança a ser feita na Lei Geral das Telecomunicações, o senador José Jorge (PFL-PE) apresentou projeto (PLS 225/05) propondo que as empresas que têm concessão, permissão ou autorização para prestar serviços de telecomunicação ofereçam obrigatoriamente a seus assinantes a

portabilidade do código de acesso, que poderá ser utilizado em toda a área de cobertura de outra prestadora. Com a modificação, José Jorge afirma que pretende assegurar aos usuários desses serviços o direito de manter seus números telefônicos quando mudarem de operadora.

Rigor no combate à corrupção no setor público

Para tornar inafiançáveis e imprescritíveis os crimes de corrupção na administração pública, o então senador Hélio Costa (PMDB-MG), licenciado do mandato para exercer o cargo de ministro das Comunicações, apresentou o PLS 230/05. É também de sua autoria a proposição (PLS 222/05) para modificar as Leis 10.610/02

e 4.117/62 – que tratam de alterações societárias das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens – e dispensar de anuência prévia do Executivo determinadas mudanças contratuais ou estatutárias das concessionárias ou permissionárias de serviços de radiodifusão.

Dia de combate ao trabalho infantil

Por meio do PLS 223/05, Lúcia Vânia (PSDB-GO) propõe que o dia 12 junho, data instituída pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil, seja também Dia Nacional de Combate ao Trabalho Infantil. Roseana Sarney (PFL-MA), por sua vez, quer autorizar (PLS 224/05) o Executivo a criar a Universidade Federal do Vale do Tocantins, com sede em Imperatriz (MA).

Alterações no Código Civil

José Maranhão (PMDB-PB) quer alterar o Código Civil com o PLS 220/05, para deferir a sucessão legítima, independentemente do regime de bens; e com o PLS 221/05, garantir ao companheiro sobrevivente direito real de habitação sobre o imóvel destinado à residência da família.

Mais liberdade às fundações privadas

Por considerar que a ingerência do poder público nas fundações de direito privado é injustificável, o senador José Sarney (PMDB-AP) propõe que a legislação seja alterada (PLS 228/05) de modo que, quando não forem instituídas ou mantidas pelo poder público, as fundações não tenham sua organização e funcionamento submetidos ao exame ou à fiscalização do Ministério Público, entre outras medidas.

As proposições citadas foram apresentadas entre os dias 14 e 22 de junho

PLENÁRIO

Pavan pede apoio à agricultura familiar

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) apelou, em discurso no Plenário, ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que dê a devida atenção à agricultura familiar, olhando para aqueles produtores que sofrem por falta de investimentos e incentivos ao cultivo e pelo não-cumprimento de compromissos firmados.

O senador ressaltou que a agricultura familiar é responsável pela geração de empregos, pela fixação da família no campo e pela melhoria de renda do trabalhador, além de favorecer o equilí-

brio ecológico, fomentar a organização espontânea dos cidadãos em cooperativas e complementar a produção em escala de indústrias como a Sadia e a Perdigão.

– O estado de Santa Catarina tem a melhor distribuição de renda do país e ocupa posição destacada na agricultura brasileira, com produção de gêneros primários de alto valor agregado como maçã, mel, frango e carne bovina. Essa produção pulverizada está na base dos bons indicadores socioeconômicos, dá sustento ao agricultor e multiplica as oportunidades – salientou.



CÉLIO AZEVEDO

Santa Catarina ocupa posição de destaque na agricultura, diz Pavan

Osmar Dias sugere compra de grãos

Ao também fazer um apelo ao presidente Lula por maior atenção para a crise do setor agrícola no país, o senador Osmar Dias (PDT-PR) criticou a decisão do governo federal de leiloar a produção de grãos excedente da safra 2004/2005 da região Sul. Ele sugeriu que, em vez de leilões, o governo poderia comprar a produção e colocá-la à disposição dos programas Fome Zero e Merenda Escolar.

– Esses leilões não evitam a entrada ilegal de grãos pela fronteira, que derrubam o preço da produção brasileira. Com a minha sugestão, o governo poderia comprar a produção excedente de arroz e doar a quem tem fome – ressaltou o parlamentar.

Na avaliação do senador, ou o governo adota medidas urgentes para apoiar a produção ou haverá um desastre na próxima safra. Ele comentou reportagem da *Gazeta*

Mercantil, informando que a próxima safra de grãos sofrerá redução de 20% em relação à deste ano. Para Osmar Dias, o produtor não plantará com medo de não ser capaz de cobrir nem mesmo o custo da produção.

Osmar Dias aproveitou ainda para cobrar do governo as promessas feitas aos cerca de 20 mil agricultores que fizeram o “tratoação” no mês de junho em Brasília.

Heráclito quer rolar dívida agrícola do Nordeste

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) defendeu a inclusão do Maranhão e do Piauí entre os estados beneficiados com a rolagem das três primeiras parcelas do custeio agrícola. A prorrogação da dívida beneficiaria inicialmente os produtores da Bahia e do Centro-Oeste e deveria ter sido aprovada no último dia 28 pelo Conselho Monetário Nacional.

– Como está prevista uma visita do presidente Lula aos municípios de Eliseu Martins e Floriano, no Piauí [a viagem ocorreu na quarta-feira], e os dois ficam próximos a uma das regiões mais produtivas do estado, seria bom que ele

anunciasse, ou garantisse, uma vez que a decisão depende do Conselho Monetário Nacional, o atendimento dessa reivindicação – sugeriu o senador.

Heráclito Fortes também comentou que o senador José Sarney (PMDB-AP) teria recebido do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, a sinalização de que o Maranhão e o Piauí seriam incluídos entre os beneficiários.

Na visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Piauí, Heráclito disse que gostaria também de ouvir a notícia de que o governo vai construir a Ferrovia Transnordestina, que permitirá a exportação dos grãos produzidos no Piauí pelos portos de



J. FREITAS

Heráclito sugeriu a Lula que inicie construção da Ferrovia Transnordestina

Pecém (CE) e Suape (PE).

Heráclito cobrou ainda a construção de uma ponte ligando as cidades de Santa Filomena (PI) e Alto Parnaíba (MA) e a continuidade da execução de um projeto de eletrificação que levou energia da sede da cidade de Bom Jesus do Gurguéia (PI) até a Serra do Quilombo.

Armazenamento preocupa Aelton Freitas

O senador Aelton Freitas (PL-MG) anunciou que vai propor à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) a discussão da carência de armazenamento para produtos agrícolas no país. Segundo o senador, a capacidade de armazenar esses produtos corresponde a apenas 90% da produção de 103 milhões de toneladas de grãos, quando o ideal seria que ela correspondesse a 120% da produção, ou seja, 136,4 milhões de toneladas.

Aelton Freitas propõe que o governo invista na construção

de novos armazéns e promova o incentivo à construção de silos nos próprios estabelecimentos rurais. O Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem deveria ser, nas palavras do senador, “turbinado”.

Outro problema do setor, conforme Aelton, é que o Brasil possui um percentual muito pequeno de armazéns localizados nas propriedades rurais. Cerca de 88% dos armazéns estão situados nas áreas urbanas e nas cooperativas, o que, na sua opinião, “é um erro estratégico”. Na

Argentina, informou o senador, metade da produção já é guardada nas próprias fazendas. Dessa forma, disse, o produtor não precisa transportar a produção imediatamente após a colheita, o que produz um aumento do custo da armazenagem e das perdas e diminui a capacidade de negociação dos produtores com os compradores.

Aelton referiu-se ainda ao problema da defasagem de estrutura dos armazéns brasileiros que, segundo ele, atinge 40% das instalações.

Paim elogia convênios que estimulam ensino técnico

Ao salientar a importância do ensino técnico-profissionalizante para o primeiro emprego do jovem brasileiro, o senador Paulo Paim (PT-RS) comemorou a assinatura de 24 convênios e sete termos de compromisso entre o Ministério da Educação e diversas entidades educacionais, no último dia 29. Entidades de ensino federais, estaduais e do segmento comunitário serão beneficiadas pelo Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep).

O senador gaúcho informou que o MEC vai repassar um total de R\$ 53 milhões aos conveniados, que serão investidos na construção de prédios, salas de aula e obtenção de equipamentos – desde microcomputadores a mobiliário –, bem como na aquisição de material didático e contratação de consultoria. Só para

este ano, continuou Paim, serão liberados R\$ 11,8 milhões.

– Sou defensor incondicional do ensino técnico, coordeno junto com o deputado Alex Canziani (PTB-PR) a Frente Parlamentar do Ensino Profissionalizante. Trabalhamos muito para viabilizar esse projeto e fiquei muito feliz com a manifestação do novo ministro da Educação, Fernando Haddad, já em seu discurso de posse, de que continuará reforçando o projeto – afirmou.

Paim pediu ainda apoio para projeto de lei de sua autoria que cria o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador (Fundep). O intuito da proposta, disse Paim, é gerar trabalho e renda, melhorando as condições de acesso e de permanência das pessoas mais jovens no mercado de trabalho.

Senadores cobram a recuperação de rodovias

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) reiterou que não aceita que recursos para estradas no Piauí sejam usados em outros fins, conforme atesta ofício da Casa Civil ao Congresso. Cerca de R\$ 16 milhões para recuperação de estradas foram destinados a obras de embelezamento e sinalização em outros estados, ressaltou.

Assessor parlamentar do Ministério dos Transportes tentou explicar-lhe a situação, afirmou o senador, mas ele aguarda cópias dos editais do órgão para analisar o caso. Heráclito cobrou ainda a realização da obra que ligará Pedro II (PI) à cidade de Poranga (CE), reivindicação da população local.

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC), por sua vez, disse que recebeu abaixo-assinado com cerca de 5 mil assinaturas de empresários e entidades públicas e privadas, em protesto contra a situação das BRs 101, 280 e 470. Segundo Pavan, a não-duplicação da BR-470 e a má conservação da BR-282 prejudicam as indústrias têxteis e de carnes, cujos custos finais aumentam em 5% devido às dificuldades de escoamento.

Eduardo propõe que BNDES financie diploma de aluno carente

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) defendeu projeto de lei de sua autoria que destina pequeno percentual dos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o Fundo de Financiamento do Ensino Superior (Fies). O objetivo é financiar o ensino superior dos que não têm condições de arcar com os custos, estejam regularmente matriculados em instituições privadas, cadastradas no programa e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação.

O parlamentar registrou sua satisfação por estar sendo convidado para paraninfo de diversas turmas de cursos superiores em cidades do Tocantins, como Porto, Palmas, Gurupi e Arrais.

– O estado do Tocantins foi criado há 17 anos e, naquela época, não havia centros universitários. Hoje temos dez centros universitários e a Universidade Federal do Tocantins. Essa é uma luta que encabecei durante meus mandatos – ressaltou.

FERROVIA NORTE-SUL

- Antônio Leite (PMDB-MA) criticou o abandono da construção da Ferrovia Norte-Sul, enfatizando que ela permitirá o escoamento da produção de 1.800 km² do cerrado, que nas últimas duas décadas passou de 4 milhões para 40 milhões de toneladas/ano. Uma vez concluída, disse o senador, a Norte-Sul interligará o Norte e o Centro-Oeste com todos os grandes portos marítimos brasileiros: Itaqui, Santos, Vitória, Sepetiba e Rio de Janeiro.

PONTE NA DIVISA - Marco Maciel (PFL-PE) pediu que o governo federal libere verbas do Orçamento de 2005 para recuperação da Ponte Presidente Dutra, sobre o rio São Francisco, ligando os municípios de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA). Fundamental para a ligação do Nordeste ao Sul/Sudeste, a ponte, inaugurada há 61 anos, já não suporta o fluxo diário de 30 mil veículos, disse.

Voz do Leitor

POLICIAMENTO

“Sugiro um projeto para que seja obrigatório que o posto policial tenha sempre viaturas para dar apoio e segurança aos moradores da região em que ele se situa e proximidades. Em muitos casos, quando solicitado apoio, a polícia afirma que não possui viaturas e nem efetivo suficiente.”

Paulo Rogério Santos da Silva, de Porto Alegre (RS)

CORRUPÇÃO

“Gostaria de pedir aos parlamentares que tomem medidas enérgicas nas investigações e nas punições dos corruptos. Não podemos deixar a corrupção tomar conta de nosso país.”

Luciano Mota de Oliveira, de Itumbiara (GO)

BOLSA-FAMÍLIA

“Há muitas crianças abandonadas passando fome no Brasil. O programa Bolsa-Família deveria atender também aos moradores de rua e não apenas às famílias cadastradas.”

Célio Leandro Pires Jardim, de São Gonçalo (RJ)

PROGRAMA DE HABITAÇÃO

“Senador Efraim Morais, assim como existe o programa Saúde da Família, que oferece oportunidade de trabalho aos profissionais da saúde que querem trabalhar pelo benefício da população, sugiro que o senhor proponha um programa de habitação que ofereça oportunidades de trabalho para engenheiros e arquitetos. O atual descaso nas obras de engenharia no país tem causado a falta de oportunidade para os bons

profissionais.”

Ledson Leitão Batista, de João Pessoa (PB)

PREVENÇÃO DE ACIDENTES

“Sugiro a apresentação de projeto de lei que torne obrigatório o uso de antenas anticérol pelos motobóis e mototaxistas. Muitos acidentes com esses profissionais são causados pelo cérol das linhas de pipas ou papagaios. Duas dessas antenas adaptadas à moto ficam ao redor do corpo do motorista, impedindo a linha de encostar nele. A polícia já usa essas antenas, e em alguns municípios há leis sobre o uso do equipamento. Peço que esse uso seja ampliado para todos os profissionais que trabalham em motocicleta no país.”

Juvêncio Leite, de Pirapozinho (SP)

DESARMAMENTO

“Se, por um lado, a população colabora com a campanha do desarmamento, entregando suas armas e se conscientizando, por outro, lemos em jornais notícias sobre a Polícia Civil e Militar do Rio de Janeiro entregando munições para o tráfico de drogas. Peço providências.”

João Carlos O. Soriano, de São Gonçalo (RJ)

HABEAS CORPUS

“Como é possível um tribunal superior conceder *habeas corpus* para uma pessoa omitir informações em depoimento numa CPI? Sugiro a apresentação de um projeto que proíba o Poder Judiciário de emitir *habeas corpus* que dificulte uma investigação do Legislativo.”

Paulo Teixeira de Souza, de Porto da Folha (SE)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília - DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Pergunte ao Senador

CPI MISTA DOS CORREIOS

Rossino Martins Borges, de São Paulo (SP)

“Senador Alvaro Dias, quem devolverá aos cofres públicos o dinheiro do ‘esquema Correios’?”

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) responde:

Prezado Rossino, o país possui um ordenamento jurídico pelo qual os investigados pela Comissão Parlamentar Mista dos Correios que, ao final, sejam indiciados, serão submetidos ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, aos quais caberá impor o ressarcimento aos cofres públicos, mediante o confisco do patrimônio dos defraudadores do erário público, inclusive no âmbito da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.



APOSENTADORIA DE TRABALHADOR RURAL

Vilar Gouveia de Medeiros, de Camaquã (RS)

“Senador Pedro Simon, sou ex-trabalhadora rural e pretendo me aposentar. Infelizmente, perante o INSS, não foi reconhecido o meu longo tempo de trabalho no campo, por eu não ter nenhuma documentação que comprove isso. O que devo fazer?”

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) responde:

Prezada Vilar, desde a Constituição de 1988 o trabalhador rural tem direito à aposentadoria, mediante comprovação junto à Previdência Social. Não conheço em detalhes a sua situação particular, mas acredito que provas testemunhais do tempo de trabalho no campo podem ser aceitas. Em todo o caso, sugiro que busque a orientação de um advogado especializado em direito previdenciário ou no sindicato dos trabalhadores rurais de sua cidade.



PRISÃO DE EX-PREFEITO

Dennys e Silva Mayes, de Sumé (PB)

“Senador Efraim Morais, a prisão do ex-prefeito de João Pessoa (PB), Cícero Lucena, na sua opinião, não seria uma retaliação do governo?”

O senador Efraim Morais (PFL-PB) responde:

Caro Dennys, acredito que a prisão, pela Polícia Federal, do ex-prefeito de João Pessoa Cícero Lucena, por suposta participação em esquema para fraudar licitações em obras públicas, foi um ato ilegal e arbitrário e seria, na minha opinião, uma estratégia do governo federal para desviar a atenção das denúncias de corrupção contra o PT que estão sendo investigadas pelo Congresso. As irregularidades atribuídas a Lucena, como nas obras da Orla de Cabo Branco, foram rebatidas por auditorias realizadas, entre 2003 e 2004, pelo Tribunal de Contas da União e pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba. Os auditores desses órgãos concluíram pela inexistência de ilegalidades, atos de improbidade administrativa ou danos ao erário na gestão do ex-prefeito.



Frases

“Tenho medo de V. Ex^a porque o senhor provoca em mim os instintos mais primitivos”

Roberto Jefferson, deputado federal, para o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados.

“Não me perguntem números”

Simone Vasconcelos, diretora financeira da SMP&B, na CPI Mista dos Correios.

“Eu disse: Lula, o Brasil está contigo. Tu não precisas, tu não tens que ter preocupação com maioria parlamentar. Tu tens que governar com o povo, escolhe os mais capazes, Lula. Escolhe os mais competentes”

Pedro Simon, lembrando o conselho que deu ao presidente Lula logo após as eleições de 2002.

“A crise ganhou uma velocidade própria e esta velocidade é de bola de neve”

Arthur Virgílio, que disse estar espantado com a quantidade de denúncias de corrupção que surgem a cada dia.

“O povo brasileiro vai fazer uma enorme CPI caso as comissões de inquérito não cheguem a resultados concretos”

Geraldo Mesquita Júnior, depois de conchamar a população a levantar a cabeça e continuar construindo o país.

“Há um cheiro de pizza que está fedendo na sociedade”

Denise Frossard, criticando os trabalhos da CPI dos Correios, que, na sua opinião, estaria perdendo o foco, ao convocar um policial encarregado de fazer saques bancários para o publicitário Marcos Valério, enquanto ainda discutia se iria ou não convocar José Dirceu.

“O senhor fala da minha arrogância, mas nunca fui arrogante como ministro”

José Dirceu, dirigindo-se a Roberto Jefferson, que o classificou como arrogante.

“Deputada Zulaiê, a senhora não pode afirmar que nasci arrogante. A senhora não achava isso quando convivia comigo na faculdade e era minha amiga”

José Dirceu, criticando a reação da deputada Zulaiê Cobra à afirmação de que nunca foi arrogante.

Foto da Semana

Despido de todo poder que exerceu quando ministro da Casa Civil, o deputado federal José Dirceu dá explicações aos membros do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. O depoimento é observado em telinhas e telonas no Salão Verde da Câmara por funcionários e visitantes. No confronto com o deputado Roberto Jefferson, ele rebateu a acusação de operar o maior esquema de corrupção já existente no Brasil



J. FREITAS

No sábado, o melhor do samba

Obra dos sambistas Carlos Cachça e Cartola é o destaque do programa *Música do Brasil*, na Rádio Senado, sábado, às 16h. Os dois são autores de sambas inesquecíveis, além de fundadores do Bloco dos Arengueiros. Entre as canções que vão ser apresentadas, estão *Quem me Vê Sorrindo*, *Ao Amanhecer* e *Alegria*.

No fim de semana, a rádio transmite ainda o *Prosa e Verso*, que apresenta um texto de Platão, *O Banquete*. Platão, nascido em 428 a.C., é um dos maiores filósofos gregos. *O Banquete* conta a história de uma reunião em que os presentes são convidados a fazer um discurso sobre o Deus do Amor. Na ocasião, Aristóteles apresentou o mito dos seres andróginos, que, por possuírem os dois sexos unidos, seriam completos. As duas par-

tes foram divididas por conta da ira de Zeus, mas cada lado continua à procura do outro. Daí o desejo de homens e mulheres se unirem em busca da sua metade original. O programa vai ao ar no sábado, às 9h.

No domingo, às 9h, é a vez de *Autores e Livros*.

Em homenagem ao Dia dos Pais, serão apresentadas duas crônicas de Vinicius de Moraes e de Carlos Drummond de Andrade, poetas que não celebraram na infância o Dia dos Pais, pois a data não existia. A crônica O



O sambista Cartola é, com Carlos Cachça, destaque do *Música do Brasil*, na Rádio Senado

Dia do meu Pai saiu publicada em 1959 e veio a integrar o livro *Para Viver um Grande Amor*, de Vinicius de Moraes. A crônica de Drummond integrou o livro *Caminhos de João Brandão*, de 1970.

FOLHA IMAGEM

Legalização do aborto em discussão

O programa *Conexão Senado* discute nesta segunda-feira, às 12h, uma questão polêmica que volta à discussão no Congresso: a descriminalização do aborto.

O Poder Executivo garantiu que vai encaminhar uma proposta para que o aborto deixe de ser crime. O objetivo é mudar o Código Penal, para permitir a interrupção voluntária da gravidez até a 12ª semana de vida da criança. O prazo aumenta para 20 semanas em casos de estupro, além de não definir prazo para interromper a gravidez em casos de grave risco à mulher.

O *Conexão Senado*, transmitido pela Rádio Senado, é ao vivo e o ouvinte pode participar pelo telefone (61) 3311-1261, por fax, (61) 3311-2777, ou por e-mail (conexão@senado.gov.br).

Rádio Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 12h - Conexão Senado
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Vozes do Século XX (reprise)

TERÇA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Escala Brasileira

SEXTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Música e Informação
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música e Informação

SÁBADO

- 8h - Música e Informação
- 9h - Prosa e Verso
- 11h - Música Erudita
- 12h - Música e Informação
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 20h - Escala Brasileira
- 21h - Música e Informação
- 22h - Vozes do Século XX
- 23h - Música e Informação

DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros
- 9h30 - Música e Informação
- 11h - Música do Brasil (reprise)
- 12h - Música e Informação
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Música e Informação
- 17h - Vozes do Século XX (reprise)
- 19h - Música e Informação
- 20h - Jazz & Tal
- 21h - Música e Informação

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3

- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 3
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões

- 19h30 - Cidadania 1/Comissões
- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado

As programações da Rádio e da TV Senado estão sujeitas a alterações em função dos trabalhos dos senadores no Plenário e nas comissões

RESENHA

Lisboa, o Timon da política nacional

ALEXANDRE GUIMARÃES

O escritor, político, jornalista e historiador maranhense João Francisco Lisboa (1812-1863) é homem do início do Império brasileiro, quando o Brasil aprendia a ser um país independente. Era tempo de grande influência da imprensa. A maioria dos jornais eram pasquins utilizados como arma de luta política, a serviço dos partidos e facções em conflito.

Jornal de Timon foi a principal obra de Lisboa. O pseudônimo Timon vem do nome do filósofo grego conhecido pelo ódio à Humanidade. Em 25 de junho de 1852, saía o primeiro número do *Jornal de Timon*, com cem páginas. Os cinco primeiros números circularam mensalmente. Somente em 1854 saíram, em volume de 416 páginas, os fascículos de números 6 a 10; os de números 11 e 12 saíram em março de 1858, quando o autor residia com a família em Lisboa.

Eleições na Antiguidade, na Idade Média e nos tempos modernos, assim como as eleições no Maranhão são analisadas como processos históricos e de modo crítico e comparativo nos trechos extraídos para compor o volume 28 das Edições do Senado Federal.

Fraude, violência, traição, corrupção, subserviência, arro-

gância, mediocridade, segundo Lisboa, eram os traços básicos dos políticos do estado. Embora criticasse o Maranhão, a análise das situações valia, em boa parte, para o resto do Brasil. A maior e deprimente lição que se tira da leitura de *Jornal de Timon* é que muitas de suas críticas ainda são válidas para o Brasil do século 21.

Mesmo aqueles que não conhecem ainda a obra de João Lisboa poderão encontrar uma análise política erudita sem pedantismo. O texto é lícido, preciso, antecipador de um estilo que seria adotado por teóricos brasilianistas do século 20.

João Francisco Lisboa, maranhense de Pirapemas, é o patrono da cadeira nº 18 da Academia Brasileira de Letras, por escolha do fundador José Veríssimo.



Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado Federal. O livro *Jornal de Timon* é publicado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações. Informações pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-4755.

SENADO

Em defesa da saúde sexual e reprodutiva

A saúde sexual e os direitos reprodutivos foram os temas destacados no fórum sub-regional "Objetivos de Desenvolvimento do Milênio", realizado na semana passada no auditório do Programa Interlegis, reunindo deputados, senadores e representantes de instituições multilaterais da América Latina.

As discussões convergiram para um consenso: afirmar o conceito de qualidade de vida como um conjunto de determinações ao qual se vincula a capacidade de cada indivíduo – sobretudo as mulheres – decidir, de forma voluntária, o número e o momento adequado para ter filhos.

A Declaração de Brasília apro-

vada pelo fórum, para encaminhamento à Cúpula das Nações Unidas prevista para setembro, destaca o fortalecimento da defesa dos direitos sexuais e reprodutivos dentro do conjunto dos objetivos do milênio.

– Com esse direito garantido, os indivíduos, principalmente as mulheres, têm acesso a informações e serviços que lhes permitem liberdade de escolha – comentou a ministra Nilcéa

Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), na solenidade de abertura.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestou apoio à promoção dos objetivos do milênio.

“Devemos assegurar a homens e mulheres uma vida digna e o direito à informação sobre saúde sexual”, disse.

O fórum foi realizado em parceria com a Comissão do Ano da Mulher Latino-Americana.

Orgulho gay na exposição *Fora do Armário*

A Galeria Senado exhibe, a partir desta segunda-feira, a exposição *Fora do Armário*, composta por 12 camisetas em que o designer Thales Sabino retrata, com fotomontagens bem-humoradas, aspectos da cultura contemporânea de gays, lésbicas, bissexuais, transgêneros e simpatizantes (GLBTS). Os trabalhos não estarão à venda e ficarão expostos até o dia 19 de agosto, das 8h às 18h, no corredor do Anexo I. A iniciativa conta com o apoio da Frente Parlamentar Mista pela Livre Expressão Sexual.

De acordo com os organizadores da exposição, Thales

Sabino utiliza cores fortes e vibrantes, elementos da cultura de massa e montagens digitais para mostrar o universo GLBTS. O autor preferiu empregar camisetas no lugar de telas para melhor associar o título com a proposta da exposição *Fora do Armário*, que, antes de chegar ao Senado, fez temporada na Câmara Legislativa do Distrito Federal, no mês passado.

A Frente Parlamentar Mista pela Livre Expressão Sexual, que apóia a realização da exposição, reúne atualmente 71 deputados federais e nove senadores. A exposição ficará



Sabino utiliza elementos da cultura de massa em estampas que retratam universo GLBTS

em cartaz na Galeria Senado, no corredor do Anexo I, até o dia 19 deste mês.

Conheça o Senado

Abolição decidida no Senado

Estimulado pelo movimento abolicionista e pelo chefe do Gabinete Ministerial, senador João Alfredo Corrêa de Oliveira, o fim da escravidão no Brasil foi decidido no Senado. O projeto de lei da abolição tramitou rapidamente na Casa e a Lei Áurea foi assinada pela Princesa Isabel no dia 13 de maio de 1888.

Contestada desde a Assembleia Nacional Constituinte de 1823, a escravidão começou a ser combatida por José Bonifácio de Andrada e Silva – cognominado o Patriarca da Independência por ter brigado duramente por sua efetivação

–, que propôs que o Brasil substituisse a compra de escravos pela mão-de-obra paga dos imigrantes europeus.

Por imposição da Inglaterra, o governo brasileiro assinou em 1830 tratado que determinava o fim do trabalho escravo no prazo de 15 anos. Mas o tráfico negreiro perdurou por pelo menos mais 20 anos indiscriminadamente. Somente em 1851, o chefe do Gabinete Ministerial, senador Euzébio de Queiroz Mattozo da Câmara, determinou que a polícia localizasse os negros que estavam sendo importados ilegalmente, com

prisão dos infratores.

O senador José Maria da Silva Paranhos, conhecido como Visconde do Rio Branco, comandou a campanha, em 1871, pela Lei do Ventre Livre, que tornou livres todas as crianças nascidas de mães escravas.

Anos depois, em 1885, foi aprovada a Lei dos Sexagenários, responsável pelo fim legal da escravidão entre os que tinham 65 anos ou mais.

Somente em 1888 selou-se então a completa abolição da escravidão, com a libertação incondicional dos que ainda eram escravos.



No quadro de Victor Meirelles, a cena da assinatura da Lei Áurea, concluindo processo em que o Senado teve papel decisivo

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papatão Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Valter Gonçalves Júnior, Flávio Faria, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes, Paula Pimenta e Suely Bastos

Reportagem: Cintia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Sylvio Costa
Especial Cidadania: Juliana Steck e Treici

Schwengber (61) 3311-1620

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e

Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio Mattos (61) 3311-1151

www.senado.gov.br

E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Para prevenir e limitar catástrofes

Defesa civil é um conjunto de medidas que tem por objetivo prevenir e limitar, em qualquer caso, os riscos e perdas a que as pessoas, seus bens e recursos estão sujeitos, por efeito de fatos adversos, como calamidades, acidentes e desastres. A prática da defesa civil é a união (preventiva ou emergencial) de pessoas para a proteção de si próprias, das famílias, das comunidades e da cidade em que vivem. A defesa civil tem o objetivo de reduzir desastres e compreende ações de prevenção, preparação para emergências, resposta e reconstrução, abrangendo vários setores nos níveis de governo federal, estadual e municipal, com ampla participação da comunidade.

Mobilização

As políticas de defesa civil do governo federal existem desde 1942, quando foram estabelecidas medidas para a segurança da população devido à participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. A consolidação da estrutura de defesa civil no Brasil ocorreu com a criação do Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindic), em 1988, reorganizado em 1993 e atualizado pelo Decreto 5.376/05, que dispõe sobre o Sindic, coordenado pela Secretaria Nacional de Defesa Civil (Sedec), no âmbito do Ministério da Integração

Nacional. A Sedec é o órgão central desse sistema, responsável por coordenar as ações de defesa civil em todo o país, e em todos os estados brasileiros há secretarias estaduais de defesa civil.

Todo cidadão que identificar riscos à sua comunidade e quiser o apoio da defesa civil deve procurar a prefeitura do município para saber se no local existe uma coordenadoria municipal de defesa civil (Comdec), entidade responsável pela defesa civil em 3.730 dos 5.560 municípios brasileiros. Caso não haja, ele pode mobilizar a comunidade para pedir a criação do órgão e solicitar à prefeitura a orientação para resolver os riscos

Essa orientação é da capitã Daniela Cunha, assistente social do Departamento de Minimização de Desastres da Secretaria Nacional de Defesa Civil (Sedec). Ela lembra que muitas cidades estão criando também núcleos comunitários de defesa civil (Nudecs), formados por pessoas que se interessam pelo melhoramento de seu bairro, de ruas, de escolas ou das condições agrícolas, por exemplo, e se dispõem a ajudar a prefeitura nos trabalhos que são necessários para solucionar o problema. Segundo a capitã, os núcleos comunitários são os que melhor conhecem as necessidades de cada localidade.



Agentes da Defesa Civil do Distrito Federal orientam morador sobre prevenção contra a hantavirose

DEFESA CIVIL DO DF

Desastres e calamidades

No Brasil, os desastres naturais possuem características regionais. Os mais prevalentes, de acordo com a Secretaria Nacional de Defesa Civil, são:

- ▶ região Norte - incêndios florestais e inundações;
- ▶ região Nordeste - secas e inundações;
- ▶ região Centro-Oeste - incêndios florestais;
- ▶ região Sudeste - deslizamentos e inundações;
- ▶ região Sul - inundações, vendavais e granizo.

Como agir

1 - Inundação e alagamento

Para evitar inundações:

- ▶ não jogue lixo em terrenos baldios, na rua, em bueiros (bocas-de-lobo), nem impedindo o curso de rios.

Ao verificar riscos:

- ▶ não deixe crianças trancadas em casa sozinhas;
- ▶ coloque documentos e objetos de valor em saco plástico fechado e em local protegido.

2 - Deslizamento

Sinais que indicam que pode ocorrer um deslizamento: fendas, depressões no terreno, rachaduras nas paredes, inclinação de árvores e/ou de postes.

- O que fazer para evitar:
 - ▶ conserte vazamentos;
 - ▶ junte o lixo em depósitos para o dia da coleta;
 - ▶ não destrua a vegetação das

encostas e proteja as barreiras em morros com drenagem de calhas e canaletas para escoamento da água da chuva, com vegetação que tenha raízes compridas, gramas e capins que sustentam mais a terra.

3 - Incêndio

combata o fogo com extintores portáteis e evacue quem não puder ajudar;

- ▶ corte a corrente elétrica para poder usar qualquer tipo de extintor e evitar curtos-circuitos.

4 - Incêndio florestal

Para evitar:

- ▶ consulte a secretaria estadual ou municipal do meio ambiente antes de fazer queimada;
- ▶ construa aceiros, que devem ser mantidos limpos e sem materiais combustíveis.

5 - Raios e tempestades

evite lugares que não oferecem proteção contra raios, como

celeiros, tendas ou barracos;

- ▶ evite estacionar perto de árvores ou linhas de energia elétrica e nunca se abrigue debaixo de árvores isoladas

- ▶ evite estruturas altas como torres de linhas telefônicas e de energia elétrica;

- ▶ não permaneça em áreas abertas como campos de futebol e estacionamentos;

- ▶ não se aproxime de cercas de arame, varais metálicos, linhas aéreas e trilhos.

Dentro de casa:

- ▶ fique longe de tomadas, cabos, janelas e portas metálicas.

6 - Vendavais

Quando verificar o risco:

- ▶ revise a resistência do forro do telhado e de toda a casa;

- ▶ desligue os aparelhos elétricos e o gás;

- ▶ evite o contato com cabos ou redes elétricas caídas.

Ações da Defesa Civil

1. Prevenção - Construção de obras para evitar que o desastre ocorra ou, se ele for inevitável, minimizá-lo. São exemplos obras de drenagem, de contenção de erosão, de proteção contra inundações e construção de casas para realocar famílias que moram em área de risco. Também inclui visitas e distribuição de material informativo nas comunidades para esclarecer sobre prevenção a epidemias, incêndios etc.

2. Preparação - Cursos de capacitação para preparar a comunidade e os órgãos de defesa civil a atuar em desastres.

3. Resposta - Prestação de socorro às pessoas e famílias afetadas por desastres ou calamidades, e assistência emergencial (fornecimento de cestas básicas, colchões e medicamentos).

4. Reconstrução - Recuperação de casas, escolas, hospitais e prédios públicos e comunitários, pontes, viadutos, bueiros e pavimentação. Reparação de parte ou toda obra danificada por desastre, cujas estruturas não foram comprometidas.

Projetos em tramitação

- ▶ Proposta para alterar a Lei 8.036/90 e permitir o uso do FGTS em casos de destruição da casa própria do trabalhador devido a calamidade pública ou caso fortuito (PLS 124/02).

- ▶ O senador Edison Lobão (PFL-MA) propõe destinar as importâncias não pagas dos prêmios de loterias aos municípios atingidos por desastres naturais (PLS 396/99).

- ▶ Projeto que altera a Lei 10.420/02 - que criou o Fundo Garantia-Safra e instituiu o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pela estiagem -, apresentado pelo deputado João Alfredo (PT-CE), inclui as vítimas de enchentes entre os beneficiados (PLC 2.974/04).
- ▶ Proposição (PLC 3.290/04)

do deputado Fernando de Fabiano (PFL-BA) que autoriza as instituições financeiras a renegociar débitos dos agricultores das regiões Norte e Nordeste prejudicados por enchentes.

- ▶ O senador Valmir Amaral (PP-DF) propõe o agravamento das penas previstas pelo Código Penal nos casos de desabamento ou desmoronamento, expondo a perigo a vida, a saúde ou o patrimônio de outros cidadãos (PLS 157/05).

- ▶ Em proposta (PLS 316/03) que altera a Lei 10.029/00, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) sugere a admissão, como voluntários na defesa civil, por tempo determinado e mediante auxílio mensal, de menores de 23 anos que tenham prestado serviço militar obrigatório.

Situação de emergência e estado de calamidade pública

- ▶ **Diferenças** - O estado de emergência se caracteriza pela iminência de danos à saúde e aos serviços públicos. Já o estado de calamidade pública é decretado quando essas situações se instalam. Cabe ao prefeito avaliar a situação e decretar emergência ou calamidade, casos em que há possibilidade de obtenção de recursos federais e estaduais facilitada.
- ▶ **Recursos emergenciais** - Recursos federais para ações

de defesa civil em casos de emergência ou calamidade podem ser destinados às ações que integram o Programa de Resposta aos Desastres. Em caso de desastre de grande porte e de urgência, o governo federal também pode baixar Medida Provisória para o atendimento das pessoas afetadas.

- ▶ **Auxílio Emergencial Financeiro** - Também no Programa de Resposta aos Desastres há o Auxílio Emergencial Financeiro

(Lei 10.954/04) destinado a socorrer e a assistir famílias com renda mensal média de até dois salários mínimos atingidas por desastres em locais onde ao estado de emergência ou calamidade seja reconhecido mediante portaria do Ministério da Integração Nacional.

- ▶ **Recursos não-emergenciais** - Pelo Programa de Prevenção para Emergência e Desastres, podem ser liberados recursos federais para ações preventivas.

Informações

Ministério da Integração Nacional
Ouvidoria Geral: 0800-610021
Tel.: (61) 3414-5972
www.integracao.gov.br

Secretaria Nacional de Defesa Civil/Conselho Nacional de Defesa Civil
Esplanada dos Ministérios, Bloco E, 7º andar - 70067-901 - Brasília/DF
Tel.: (61) 414-5869
www.defesacivil.gov.br

Defesa Civil em cada estado

AC: (68) 223-1616 - R: 241
AL: (82) 315-2829/2822 e 223-8811
AM: (92) 663-5929/611-4943/622-2593
AP: (96) 212-1230/1232
BA: (71) 371-6691/370-4228
CE: (85) 3488-5125/5179
DF: (61) 3342-2900/3363-1357
ES: (27) 3137-4441/4432
GO: (62) 201-2000/2006
MA: (98) 3212-1500/1501
PA: (91) 4006-8352/8353
PB: (83) 218-4679/4652/4654

PE: (81) 3425-2490/2491
PI: (86) 216-1264/218-2022
PR: (41) 350-2607/350-2733
RJ: (21) 2232-1234/3399-4061
RN: (84) 232-1769/1762
RR: (95) 623-7613
RS: 0800-5410199 e (51) 3210-4219
SC: (48) 271-0916
SE: (79) 3214-0013/2189 e 3211-9588
SP: (11) 2193-8888
TO: (63) 218-1166/1165